



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCAS FERREIRA SANTOS

**COTIDIANO OPERÁRIO DURANTE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E O
MASSACRE DA PACHECO FERNANDES EM 1959 – MEMÓRIAS EM DISPUTA**

Brasília

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LUCAS FERREIRA SANTOS

**COTIDIANO OPERÁRIO DURANTE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E O
MASSACRE DA PACHECO FERNANDES EM 1959 – MEMÓRIAS EM DISPUTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília
– Departamento de História como
requisito parcial para obtenção de grau
de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Torres
Gamba

Brasília

2023

**COTIDIANO OPERÁRIO DURANTE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E O
MASSACRE DA PACHECO FERNANDES EM 1959 – MEMÓRIAS EM
DISPUTA**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mateus Torres Gamba – PPGHIS/UnB
(Orientador)

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira – HIS/UnB

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa – PPGHIS/UnB

RESUMO

Este trabalho apresenta como era a vida dos trabalhadores que vieram para construir Brasília, também conhecidos como *candangos*. A realidade enfrentada por aqueles que ergueram a nova capital era muito diferente do que a propaganda oficial divulgava. Segundo os relatos dos próprios trabalhadores, era exigido que trabalhassem por longas horas, podendo chegar até a 24 horas quando necessário, também não havia qualquer higiene nos dormitórios e nas refeições oferecidas pelas construtoras. Outra adversidade enfrentada era a convivência com a Guarda Especial de Brasília (GEB) responsável por garantir a ordem durante a construção de cidade. Essa força policial ficou conhecida pela sua violenta atuação contra os trabalhadores da construção de Brasília, no decorrer dos diversos atritos entre a GEB e os *candangos*, destaca-se o episódio que ficou conhecido como Massacre da Pacheco Fernandes que ocorreu no dia 8 de fevereiro de 1959. Além de relatar o cotidiano durante a construção de Brasília, este trabalho tem como objetivo analisar as diversas perspectivas sobre esse controverso capítulo da história de Brasília, destacando os depoimentos dos *candangos* que confrontam diretamente com a versão presente nos documentos oficiais. No conjunto de divergências presentes entre as diferentes perspectivas, a quantidade de mortos se configura enquanto o maior dissenso, pois, enquanto que as fontes oficiais relatam uma única morte, diversos depoimentos apontam para números muito superiores, chegando em até mais de uma centena.

PALAVRAS-CHAVE: *Candangos*, Construção de Brasília, Massacre da Pacheco Fernandes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 – BRASÍLIA: ENTRE ANDAIMES E CASSETETES.....	12
1.1 A vida cotidiana no Eldorado.....	12
1.2 “Lá vem a GEB”.....	22
CAPÍTULO 2 – O MASSACRE DA PACHECO FERNANDES: UMA MEMÓRIA EM DISPUTA.....	27
2.1 Incidente entre policiais e operários ou um “Massacre Policial”?.....	27
2.2 Memórias – As versões não oficiais do Massacre da Pacheco Fernandes.....	33
2.3 A defesa da versão oficial.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
FONTES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

INTRODUÇÃO

Em 19 de setembro de 1956, foi aprovada a lei nº. 2.874¹ que dispõe sobre a mudança da Capital Federal para a região Centro-Oeste do Brasil. Juscelino Kubitschek foi o condutor do projeto de mudança da sede do governo, outro objetivo do então presidente era o fortalecimento do setor de indústrias de base e de bens duráveis. Tais ambições foram traduzidas através do Plano de Metas que tinha como agenda político-econômica o desenvolvimento industrial, a execução de grandes investimentos em infraestrutura e a integração nacional. O Plano de Metas desenvolvido pelo governo JK consistia em 31 metas prioritárias ao investimento do Estado, podendo ser divididas em cinco setores: Energia (metas 1 a 5); Transportes (metas 6 a 12); Alimentação (metas 13 a 18); Indústria de base (metas 19 a 29); Educação (meta 30); e a meta 31^a que se refere à construção de Brasília, foi denominada como "Meta-Síntese" pelo próprio Juscelino Kubitschek, pois ela teria a função integracionista com as demais metas simbolizada pela interiorização da sede do governo, além da integração com as diversas partes do Brasil através das rodovias com o objetivos de interligar os “muitos brasis” (CEDRO, 2019, p. 222). Esse ambicioso programa de metas pretendia realizar “50 anos em apenas 5” durante o mandato do presidente. Essa expressão que marcou o slogan da campanha, sintetizava o desejo de retirar o país da situação de subdesenvolvimento e colocá-lo em direção aos países desenvolvidos (TEIXEIRA, 1986, p. 62).

O período do mandato presidencial de Juscelino Kubitschek ficou conhecido como Era JK e trazia consigo o conceito de modernidade, característica própria da Era de Ouro, época em que o capitalismo vivenciou um período de prosperidade econômica entre 1950 a meados da década de 1970. Essa modernidade no Brasil ficou marcada pela arquitetura de Oscar Niemeyer, por meio da sua plasticidade ímpar e pela industrialização representada pela chegada de grandes montadoras de automóveis, junto à contratação maciça de trabalhadores pela indústria da construção civil na edificação de Brasília (LUIZ, 2010, p. 258). A ideologia nacional-desenvolvimentista simbolizada no programa de metas do governo Kubitschek produziu um clima de euforia no Brasil que foi fundamental para o deslocamento de mão-de-obra interiorana, para a construção da nova

¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2874compilado.htm. Acesso em 22 de junho de 2023.

capital, mas também para a construção de estradas, como por exemplo a Rodovia Belém-Brasília. Outro ponto que auxiliou na produção dessa euforia foi a intensa propaganda oficial, que contribuiu na mobilização da população em torno das realizações do Governo, sobretudo no que diz respeito à construção de Brasília que era vista como um novo e mágico Eldorado. Desse modo, a ideologia nacional-desenvolvimentista cumpria o papel de mobilizar a opinião pública, criar legitimidade popular em torno do plano de governo e obter a mão de obra para a edificação da nova capital do país (TEIXEIRA, 1982, p. 86).

A propaganda do governo Kubitschek em torno da construção da nova capital estava profundamente vinculada a temas da ideologia nacional-desenvolvimentista, como por exemplo, o poder da técnica, a intervenção estatal na economia, a capacidade das forças produtivas do Brasil alcançarem os países desenvolvidos e a união dos brasileiros em torno de um objetivo comum, ou seja, Brasília. A propaganda do governo promovia a ideia de que a construção de Brasília se tornaria possível a partir de uma unidade entre os trabalhadores, a iniciativa privada e o capital estrangeiro. A vinculação de Brasília e a ideologia nacional-desenvolvimentista se consolidaram de tal forma que aqueles que eram contrários à transferência da capital eram colocados como contrários ao projeto desenvolvimentista, e constantemente os opositores ao governo Kubitschek eram desqualificados nos discursos oficiais por esta razão (RODRIGUES, 1990, p. 39-40).

É colocada pela propaganda desenvolvimentista, e pela historiografia que dela deriva, a ideia de que a construção de Brasília foi possível de ser realizada graças à determinação de homens como Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Enquanto que a história dos operários da construção civil que moldaram a nova capital a partir do trabalho braçal, por vezes submetidos a sacrifícios e exploração intensa da força de trabalho, formados por trabalhadores de baixa qualificação profissional e de pouca escolaridade, é vista como atores coadjuvantes e de importância secundária pela História Oficial, e quando são lembrados é a partir do termo *candango*², que reúne a massa de trabalhadores sem nomes e sem rostos. Entre os

² *Candango* é uma palavra de origem africana utilizada para designar as pessoas ruins ou ordinárias, sendo empregada pelos africanos de forma pejorativa aos colonizadores portugueses. Esta palavra chega ao Brasil com os africanos escravizados da região de Angola e quando ela ressurge dentro do contexto da construção de Brasília, foi utilizada para se referir aos trabalhadores manuais de forma pejorativa para distinguir dos doutores, isto é, aqueles que trabalhavam em escritórios. A palavra *Candango* perde a conotação pejorativa com uma ressignificação da palavra, impulsionada pelo discurso de Juscelino Kubitschek durante a inauguração da Capital, onde se refere aos *candangos* de forma elogiosa (MORATO, 2016).

expoentes da historiografia oficial está Adirson Vasconcelos, escritor de dezenas de livros sobre Brasília, entre os de maior destaque estão: *Mudança da Capital* (1978) e *A Epopéia da Construção de Brasília* (1989). Em seus livros é comum um tom epopeico, como o próprio título de um de seus livros diz, uma narrativa homérica do presidente Juscelino Kubitschek e uma leitura pouco crítica sobre todo contexto deste período, onde as fontes oficiais são dotadas da “Verdade Histórica”, enquanto que as vozes divergentes dessa História são silenciadas. Para evidenciar a postura de Vasconcelos, observemos este trecho em que ele fala sobre inauguração de Brasília:

Ideal de Tiradentes, antevisão de Hipólito da Costa e José Bonifácio, tema de estudos de Adolfo Varnhagen e tantos outros brasileiros de boa vontade, sonho profético de Dom Bosco, proposta constitucional dos constituintes republicanos e aspiração de toda uma nacionalidade, Brasília tornou - se realidade pela força de vontade e espírito público do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que a inaugurou no dia 21 de abril de 1960, depois de uma epopéia de trabalho ininterrupto em que, sob a sua liderança, técnicos, candangos e máquinas, ao longo de uma faixa de cerca de mil dias, concretizaram um sonho de tantas gerações de brasileiros, ao plantar no interior central do País a nova Capital do Brasil. (VASCONCELOS, 1978, p. 349)

A propaganda vendida aos *candangos* tinha como objetivo a obtenção de apoio das classes trabalhadoras, mas também buscava atender a demanda de força de trabalho exigida pela indústria da construção civil. Tal propaganda dizia que em Brasília se encontraria um novo Eldorado, onde todos os problemas seriam resolvidos facilmente e a História Oficial sobre Brasília preserva essa imagem de cidade-mito, como se a construção de Brasília fosse constituída exclusivamente de fatos positivos, deixando de lado tudo aquilo que venha a questionar essa imagem do Eldorado no Centro-Oeste brasileiro. Porém, a partir dos depoimentos dos *candangos* que edificaram a nova capital, percebe-se que a realidade do dia-a-dia era muito mais difícil do que foi vendido a eles pela propaganda oficial, com jornadas de trabalho extremamente longas chegando a ultrapassar 16 horas diárias. As condições de higiene e de alimentação eram precárias e a situação dos alojamentos não se diferenciavam muito, os trabalhadores dormiam em um amontoado de camas improvisadas juntos de diversos animais, como baratas, ratos, percevejos, pulgas, entre outros. Essa forma de organização dos acampamentos, devido a sua proximidade com as áreas de trabalho facilitava a exploração da força de trabalho por criar um espaço propício para maior envolvimento dos trabalhadores com a esfera da produção, absorvendo quase completamente o cotidiano dos empregados (LUIZ, 2010, p.

262). Outro dos problemas está na falta de equipamentos de segurança que deveriam ser fornecidos aos trabalhadores, não havendo cintos, botas, luvas e capacetes adequados para uso, ocasionando diversos acidentes e mortes. Somado a tudo isso, em 1958 foi criada a Guarda Especial de Brasília (GEB), responsável por cuidar do patrimônio das construtoras e manter a ordem na cidade em construção através do policiamento ostensivo, acontece que a atuação dessa força policial ficou marcada pelas suas ações violentas. Quando os trabalhadores se revoltaram devido às péssimas condições de trabalho, tendo a precariedade da alimentação como principal motivo das revoltas, a GEB ficava responsável por reprimir as manifestações dos trabalhadores, utilizando-se da violência para o restabelecimento do que eles consideravam “ordem”. Todas essas questões fundamentais para compreender o processo da construção de Brasília são colocadas de lado pela memória oficial muitas das vezes, levando essas outras versões da história ao esquecimento.

Entre os embates dos *candangos* contra as forças policiais, o que ocorreu durante o carnaval de 1959 no acampamento da Pacheco Fernandes foi o que mais se destacou em relação a violência utilizada como resposta a revolta dos trabalhadores. Esse episódio ficou conhecido como Massacre da Pacheco Fernandes, mas há quem discorde se houve ou não um massacre. Fato é que este episódio ainda permanece na memória de muitas pessoas e percebe-se que há uma disputa dessa memória, onde se luta para minimizar ou para ressaltar certos elementos (CARDOSO, 2004, p. 174). Entre as diversas versões dessa história, pode-se dizer que todas concordam que na noite de 8 de fevereiro de 1959, onde hoje está localizado a Vila Planalto, houve um conflito no refeitório da Pacheco Fernandes após:

Dois homens se indignaram com a qualidade da comida servida, que estaria estragada, e foram tirar satisfações com o cozinheiro. A partir daí começou uma briga e o encarregado da construtora, Presbi Elpídio de Medeiros, pediu que um subalterno chamasse os policiais da GEB para conter os trabalhadores.

Dois soldados deslocados para o refeitório foram cercados pelos operários. A GEB mandou reforços. A partir de então, não há consenso sobre o que de fato aconteceu. A versão do governo à época é a de que todos os soldados tinham ordem de chegar atirando para o alto. Caso fosse preciso lidar com alguém mais violento, o comando era atirar nas pernas³.

³ CORREIO BRAZILIENSE. “*Massacre da Pacheco Fernandes completa 60 anos e continua sendo mistério*”. Brasília, 08/02/2019.

A memória desse incidente continua em disputa até os dias de hoje. Ao completar 60 anos desse episódio o jornal *Correio Braziliense* publicou uma matéria que foi o motriz para o desenvolvimento deste trabalho que tem como intuito compreender a versão da História Oficial e as perspectivas dos trabalhadores em torno desse acontecimento e como a memória do Massacre da Pacheco Fernandes vem sendo disputada até os dias de hoje. Nessa matéria, de autoria de Mariana Machado, às memórias sobre este episódio são colocadas em conflito, utilizando-se do filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* produzido pelo Vladimir Carvalho e publicado em 1991 para colocar a perspectiva dos *candangos*, e para contar a versão da História Oficial é utilizado a fala do jornalista Adirson Vasconcelos que defende a tese de que não ocorreu um massacre e que essa “história foi fantasiada” em seu livro *O Conflito da Pacheco na Construção de Brasília*, publicado em 2017. Já no final da matéria, há um tópico chamado *Para saber mais* com o subtópico *pesquisa desconstrói massacre*, citando o livro *A Bailarina Empoeirada* publicado em 2013 pelo advogado e cientista político Luiz Humberto de Faria Del'isola e pela jornalista e também advogada Noêmia Barbosa Boianovsky. Nota-se que a matéria do *Correio Braziliense*, apesar de não explicitar diretamente seu posicionamento, se coloca em um dos lados dessa disputa da memória, dando maior ênfase às falas favoráveis à História Oficial e minimizando a violência ocorrida neste episódio.

Com o objetivo de compreender as diversas perspectivas do Massacre da Pacheco Fernandes e, acompanhar como a memória sobre esse episódio foi sendo disputada ao longo do tempo, esta monografia se estrutura em dois capítulos. O primeiro capítulo está organizado em dois tópicos, no primeiro será realizada uma contextualização da realidade cotidiana dos trabalhadores durante a construção da nova capital, a começar pelos motivos que levaram com que milhares de pessoas se deslocassem para Brasília e, após a chegada desses trabalhadores, quais foram as condições de trabalho encontradas, como também as condições de moradia, alimentação e quais eram as possibilidades de lazer em um contexto de longas jornadas de trabalho. No segundo tópico será discutido como se deu a formação da Guarda Especial de Brasília, quais eram as suas atribuições e a sua atuação, além de compreender a perspectiva dos *candangos* em relação a GEB.

Enquanto que o primeiro capítulo dá a base e a contextualização da construção de Brasília, o segundo capítulo visa atingir o objetivo deste trabalho. Sendo dividido em três tópicos, o primeiro abordará qual foi a cobertura que o Massacre da Pacheco Fernandes

teve à época, e também alguns acontecimentos subsequentes ao massacre. No segundo tópico será realizado uma breve discussão teórica sobre a memória, para então discorrer sobre as versões não oficiais desse episódio, onde destacam-se as falas dos *candangos* que afirmam ter havido um massacre no acampamento da Pacheco, deixando dezenas de mortos, alguns chegam a dizer que morreram cerca de 150 trabalhadores. Por fim, o último tópico tratará sobre a versão oficial apresentada nos livros *A Bailarina Empoeirada* e *O Conflito da Pacheco na Construção de Brasília*, onde defendem não ter havido um massacre e que esse incidente resultou na morte de uma única vítima e deixou 48 feridos. Durante todo este trabalho as principais fontes utilizadas, além dos livros já citados, são os depoimentos dos *candangos* coletados entre 1989 a 1991 pelo Programa de História Oral desenvolvido pelo Arquivo Público do Distrito Federal⁴. E, para auxiliar nas análises das fontes orais, a metodologia utilizada neste trabalho se baseia no artigo *Fontes Oraís: Histórias dentro da História* escrita por Verena Alberti, que compõe o livro *Fontes Históricas* (2005), organizado pela historiadora Carla Bassanezi Pinsky.

⁴ O Programa de História Oral, desenvolvido pela Diretoria de Pesquisa do ArPDF tem a função de resgatar a historiografia *candanga* contando com diversos “atores”, participantes diretos ou indiretos dos acontecimentos históricos do Brasil contemporâneo. O material produzido pelo Programa de História Oral pode ser acessado na sede do Arquivo Público do Distrito Federal, localizado no Setor de Garagens Oficiais - Asa Norte, Brasília - DF.

CAPÍTULO 1 - BRASÍLIA: ENTRE ANDAIMES E CASSETETES

1.1 A vida cotidiana no Eldorado

Rumo ao Planalto Central

A grande maioria dos sujeitos que construíram a nova capital do Brasil era de origem agrária, trabalhava nas lavouras desde a infância acompanhando seus pais e possuía baixa ou nenhuma escolaridade. A realidade dos camponeses durante a década de 1950 era bastante precária e sem perspectivas de melhora, presos à terra, porém sem terra em sua maioria, eram explorados pelo mandonismo regional que predominava no mundo rural e em pequenas localidades do interior brasileiro, onde os patrões prestavam favores aos camponeses como uma forma de preservação da dependência que os camponeses tinham com os donos de terra, ao mesmo tempo que exploravam intensamente os trabalhadores do campo (TEIXEIRA, 1982, p. 106). O historiador Hermes Aquino Teixeira elenca alguns fatores da realidade no campo que fizeram com que uma massa de trabalhadores agrários se aventurasse na construção civil, são eles:

- 1) A exploração a que estavam submetidos pela sufocante estrutura fundiária; 2) a expulsão dos latifúndios e pequenas propriedades; 3) mecanização na agricultura; 4) ausência de trabalho estável; 5) precárias condições de saúde, habitação e higiene; além de fenômenos como secas, enchentes, geadas, etc. No caso, deve ser levado em consideração ainda o fator propaganda dirigida: apelos dos veículos de comunicação de massa, o rádio em particular, mais revistas e jornais (em menor escala) e as cartas de familiares e amigos migrantes (1996, p. 14).

Desse modo, compreende-se o motivo que levou centenas de milhares de pessoas a se deslocarem dos rincões do país para o Planalto Central. A construção de Brasília e a ideologia desenvolvimentista do Governo JK representaram uma espécie de Eldorado para aqueles que chegaram à futura capital em busca não somente de trabalho, como também de um local em que aqueles fatores circunscritos à realidade agrária fossem superados e que novas perspectivas surgissem com melhores condições de vida.

Sobre esse novo palco urbano idealizado, milhares de pessoas vieram para Brasília na esperança de melhorarem a qualidade das suas vidas. O principal meio de transporte para chegar à terra prometida foram os caminhões pau-de-arara e, ao desembarcarem, a indústria da construção civil recebeu esses trabalhadores de braços abertos, pois precisava dessa mão de obra despreparada, pouco letrada e passível de fácil manipulação pelas

companhias construtoras que estavam em busca de extraírem o máximo possível de mais-valia absoluta desses trabalhadores pouco exigentes (TEIXEIRA, 1982, p. 117). A maior parte da população da região do Plano Piloto era formada por homens, como pode ser observado no primeiro censo demográfico realizado em Brasília em julho de 1957, tendo um total de 4.600 homens contra 1.683 mulheres, dos quais 3.988 eram solteiros; 84 viúvos; 5 desquitados e 1.974 casados; mesmo entre os casados foi pouco comum ir acompanhado de suas famílias devido às condições inadequadas de uma cidade ainda em construção, frequentemente os homens separavam parte de seus salários e enviavam para suas esposas e suas famílias (Ibidem, p. 129). Em relação às origens dos diversos sujeitos que foram a Brasília, observa-se que dos 145.276 migrantes entre 1957 e 1960, se originaram da seguinte forma: “Goiás 44.943; Minas Gerais 20.725; Guanabara 15.403; Piauí 8.616; Bahia 6.601; São Paulo 8.618; Paraíba 7.886; Ceará 7.338; Pernambuco 7.336; Rio de Janeiro 3.517; Rio Grande do Norte 3.673; outros estados 9.702; estrangeiros 918”⁵.

Tendo ciência dos aspectos que atingiam a população do campo e conseqüentemente grande parte da população que migrou para Brasília, nos interessa compreender quais foram as motivações que os levaram à nova capital. Através dos depoimentos dos próprios *candangos* podemos perceber as diferentes razões que os trouxeram para um local desconhecido e ainda em construção. Para o paraibano, Severino Manuel Santos, o sentimento de aventura foi sua principal motivação como o próprio deixou registrado:

Eu vim à procura de aventura, junto com o meu amigo Manoel Crisóstemo, mestre-de-obra, que eu vivia em obra sempre junto com ele. Mas, vim eufórico e continuei eufórico em Brasília. Aqui tudo era lindo, tudo era à vontade, dinheiro à vontade no bolso, porque a gente ganhava muito dinheiro mesmo⁶.

Entretanto, a maioria dos *candangos* veio a Brasília em busca de melhores condições de vida, pois, como vimos, a vida no campo era muito difícil e um dos fenômenos que os motivaram a deixarem as suas terras natais foram os constantes períodos de seca, como foi relatado pelo cearense Osvaldo Alves do Nascimento.

⁵ Dados da CODEPLAN, in Anuário de Brasília, p. 35. apud TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia*; 1956-1960. Brasília. 1982. p. 104.

⁶ SANTOS, Manoel Ramos dos. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 10.

O Ceará é uma terra que tem o fenômeno da seca... que sempre traz problemas a todos, principalmente pessoas mais carentes, que foi o meu caso, né? Eu tive que procurar melhores, assim, uns melhores dias, pelo menos perspectiva de vida melhor do que aquela nossa lá no interior. Com isso surgiu Brasília, eu realmente... teria assim muita vontade de sair daquele nosso lugar⁷.

Havia também a percepção de que Brasília, por ser uma cidade ainda em construção, abrigaria com maior facilidade os trabalhadores com menor grau de instrução e de alfabetização, diferentemente das cidades urbanas já consolidadas. Esse é caso do Clementino Cândido, que saiu do interior de Minas Gerais e foi para Belo Horizonte com o destino ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, porém, ao chegar na capital mineira ouviu pelo alto-falante de que estavam precisando de gente para trabalhar na construção de Brasília e decidiu mudar o seu destino.

Então cheguei em Belo Horizonte, e eu não tava com o destino de ficar em Belo Horizonte não. Meu destino era São Paulo ou então Rio. Mas quando eu cheguei em Belo Horizonte, eu ouvi o alto-falante iniciando, pedindo gente para Brasília. Eu falei "Ah, eu tô aqui, é por aqui mesmo que eu vou", No pé que tá, eu falei assim: "Eu não vou..." Pensei assim "Eu não vou embora pra São Paulo nem pra o Rio, porque São Paulo e Rio, é lugar de gente estudada e eu não tenho instrução nenhuma." Nem documento eu tinha. Então eu falei: "Eu vou pra Brasília, porque lá tá começando, é mato, tá começando é lugar de gente bruto mesmo, assim." Aí vim pra cá⁸.

Seja pelos sentimentos de aventura, pelo desejo de ganhar muito dinheiro, por melhores condições de vida, entre outras motivações que levaram os *candangos* a construir sua história no Planalto Central, observa-se que em suas falas há uma atmosfera de otimismo e esperança que se sobrepõem às dificuldades enfrentadas nos canteiros de obras (RIBEIRO, 2008, p. 4), que não foram poucas como veremos em breve. Um dos questionamentos sempre realizados nas entrevistas do APDF com os trabalhadores manuais diz respeito ao significado que Brasília tem para o entrevistado e, apesar de tudo, em todas as respostas é perceptível o sentimento de orgulho por terem construído a nova capital do Brasil e de admiração pela figura de Juscelino Kubitschek. Nesse sentido a fala de Osvaldo Alves do Nascimento sintetiza as falas de todos os *candangos* analisados neste trabalho:

⁷ NASCIMENTO, Osvaldo Alves do. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 1.

⁸ CÂNDIDO, Clementino. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 3.

Particularmente eu acho que para mim foi orgulho, de ver isso nascer e crescer... e ser hoje um poder central do Brasil. Então isso me traz uma certa vaidade de ter visto isso praticamente só cerrado, hoje instalaram os prédios, uma arquitetura assim... muito bonita. Então isso para mim, eu me sinto assim é... parte disso, né? Porque eu acho que o pioneiro, isso é uma terra do pioneiro, porque foram eles que enfrentaram, às vezes, até a sua própria vida para construir isso aqui. Eu... eu porque não tenho dom político, mas se eu tivesse, eu acho que os pioneiros teriam que ser mais bem tratados, sabe? Porque a gente vê, até hoje, pioneiro aí que não tem onde morar. Eu sou um admirador do finado Juscelino, admiro demais. Acho que no Brasil, foi o maior homem que já deu..."⁹

Condições de trabalho

No começo da construção de Brasília, todos os migrantes a procura de trabalho que chegavam já eram recebidos pelas companhias, porém, com o passar do tempo, a NOVACAP¹⁰ passou a colocar algumas barreiras para impedir a entrada de mão de obra indesejável, como por exemplo, aceitar somente sujeitos como mão de obra com experiência na construção civil sendo que os acessos aos canteiros de obras seriam permitidos com autorização prévia do Instituto de Imigração e Colonização (INIC) e da própria NOVACAP. Mesmo com essas restrições circunstanciais, os *candangos* se utilizavam de alguns mecanismos para burlar as barreiras impostas, que iam desde propinas até o clássico golpe do trabalhador qualificado que consiste em se apresentar como experiente carpinteiro ou pedreiro portando ferramentas de trabalho que muitas das vezes poderiam ser recém compradas com a finalidade de ludibriar os avaliadores (TEIXEIRA, 1982, p. 141). O jornalista Honório Dantas sintetizou como esses trabalhadores recém ingressados na construção civil se colocavam ao serem interrogados sobre suas profissões durante o processo de triagem:

Profissão? Não sabia o que dizer. De onde vinha, sabia usar as mãos, praticava uma agricultura empírica, de sobrevivência. Poderia dizer que era agricultor: Mas para que servia ser agricultor naquele mar de barro vermelho, de poeira e máquinas imensas? (...) - O que é que sabe fazer. O homem na confiança dos desesperados: - Sei fazer de tudo, patrão. É só mostrar como é"¹¹.

⁹ NASCIMENTO, Osvaldo Alves do. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 19-20.

¹⁰ Com a aprovação da Lei nº 2.874, de 19/11/1956, que marca o início da nova capital, é criada a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) com o objetivo de coordenar o empreendimento oficial.

¹¹ Honório Dantas, "*Os Heróis Anônimos de Brasília*", *Correio Brasiliense*, 21 abr. 1975. Apud TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia; 1956-1960*. Brasília. 1982. p. 143.

Após passarem pela triagem e serem fichados pelas construtoras, os *candangos* eram encaminhados para os canteiros de obras, em sua maioria na condição de servente, e a partir de então se confrontaram com um novo cenário, completamente distinto das suas realidades vividas até então.

Segundo a propaganda oficial, as condições de trabalho durante a construção de Brasília eram excepcionais, diziam que “Aos operários em plena atividade é dada, depois de algumas horas de trabalho silencioso, a maravilha da música (...) Os trabalhadores possuem alojamentos confortáveis, boa comida, cinema, locais para palestras, assistência médica etc.¹²”. No entanto, os diversos depoimentos dos próprios trabalhadores manuais nos mostram que as condições de vida no Planalto Central eram muito mais difíceis do que era dito pelas autoridades governamentais. Para que os objetivos políticos de Juscelino Kubitschek fossem atendidos, ou seja, para que a construção de Brasília ficasse pronta até o dia 21 de abril de 1960 e conseqüentemente a realização desse feito fosse integralmente vinculada à sua imagem, milhares de *candangos* foram sujeitados a duras jornadas de trabalho durante todos os dias da semana, não tendo nem os feriados e dias santos respeitados.

Normalmente, a rotina de trabalho comum aos *candangos* deveria começar pelas 6 horas da manhã e terminar às 18 horas, com um intervalo de uma hora entre 12h às 13h para o almoço. Devido ao prazo inadiável para a inauguração de Brasília, frequentemente os trabalhadores extrapolaram essas horas de trabalho, chegando a trabalhar até 22, 24 horas (JÚNIOR, 2010, p. 61). Essas horas extras eram utilizadas pelos trabalhadores como uma forma de aumentar seus rendimentos, pois os salários eram pagos por hora de serviço, como pode ser observado nas Folhas de Pagamentos dos funcionários da NOVACAP, do ano de 1957, informando o valor pago por profissão e se o trabalho era realizado no período diurno ou noturno, em moeda da época:

- Carpinteiro Cr\$ 18,00 ou 21,60;
- Várias categorias de oficiais (eletricista, feitor, apontador) Cr\$ 20,00 ou 24,00;
- Trabalhador sem qualificação Cr\$ 10,00 ou 12,00;
- Lubrificador Cr\$ 15,00 ou 18,00;
- Guarda Cr\$ 10,00 ou 12,00;
- Motorista Cr\$ 25,00 ou 30,00 (JÚNIOR, 2010, p. 62).

¹² Raul Bruce, “A Verdade Sobre Brasília”, DIÁRIO DE BRASÍLIA (1958), RJ, Presidência da república, 1960, p. 210. apud TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia; 1956-1960*. Brasília. 1982. p. 146.

Nem sempre os *candangos* trabalhavam como gostariam, havia casos de as jornadas de trabalho serem definidas por determinadas tarefas, por conta disso, ocorriam as viradas de noite, conforme conta Clementino Cândido:

Aí virava a noite, direto. No outro dia, trabalhava no outro dia, e enquanto não terminasse aquela laje, porque a laje não pode parar, quem começar a concretar ela tem que concretar ela todinha, no mesmo dia. Não pode concretar hoje e amanhã completar não. Tem que ser no mesmo dia, dia e noite, não pode parar¹³.

Por conta do ritmo imposto para a construção da cidade, com jornadas de trabalho acima do que era legalmente permitido pela CLT, os trabalhadores passaram a receber altos salários do ponto de vista dos próprios *candangos*, que viviam numa situação financeira muito pior em suas regiões de origem. A percepção positiva dos salários, também é formada pela vida que levavam no Planalto Central, vivendo praticamente sem despesas, não havendo muitos bens para serem consumidos, e a alimentação e a moradia eram fornecidas pelas construtoras.

Devido ao ritmo de trabalho acelerado, milhares de acidentes de trabalho ocorreram, potencializados pela completa ausência de segurança no trabalho, os operários realizavam os trabalhos sem utilizar equipamentos básicos, como luvas, capacetes, cordas de segurança entre outros materiais necessários (JÚNIOR, 2010, p. 66). Alguns *candangos* chegaram a relatar situações absurdas, como é o caso do pernambucano Eronildes Guerra de Queiroz, que menciona um acidente que resultou em uma morte durante a construção dos ministérios: “Naquela Praça dos Três Poderes ali, naqueles ministérios teve amigo meu, mestre-de-obras, o cara caiu na coluna, dentro da coluna, e jogaram cimento em cima. Não tiraram nem o cara da coluna, nem abriram a coluna, porque a coluna tinha que ser feita urgente”¹⁴. Para além de creditar ou não veracidade do depoimento de Eronildes, sua fala demonstra a desumanidade a que os trabalhadores da construção civil eram submetidos para que Brasília fosse entregue no prazo determinado. Segundo os dados apresentados por Teixeira, o número de acidentados atendidos pelo hospital do IAPI foi de “342 acidentados de agosto a dezembro de 1957,

¹³ CÂNDIDO, Clementino. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 8.

¹⁴ QUEIROZ, Eronildes Guerra de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991, p. 29.

1.974 acidentados em 1958, 10.927 em 1959 e 1.028 nos dois primeiros meses de 1960” (TEIXEIRA, 1982. p. 165). Para termos dimensão do aumento no número de acidentes ao longo dos anos, podemos comparar com o crescimento populacional de Brasília durante o mesmo período, segundo os censos de Brasília a população da cidade “passou de 12.283 em julho de 1957, para 28.804 em fevereiro de 1958, e 64.314 em maio de 1959” (SOUSA, 1978, p. 13). Ou seja, proporcionalmente, o número de acidentes supera consideravelmente o crescimento populacional. Tais dados permitem identificar que à medida que a data da inauguração da nova capital se aproximava, maiores eram os números de acidentes provocados por conta do ritmo de trabalho que os *candangos* tiveram que cumprir, caso contrário ficariam desempregados. Importante destacar que os dados de acidentados dizem respeito somente àqueles que chegaram a serem atendidos pelo hospital do IAPI, ou seja, o número real de trabalhadores acidentados é incalculável em razão da falta de documentos. Os dados sobre os acidentes, e principalmente as mortes, nunca foram de interesse de divulgação por parte das autoridades devido à possibilidade de gerar uma repercussão negativa que poderia afetar o andamento da construção de Brasília ou até mesmo desprestigiar a figura do presidente Juscelino Kubitschek. Percebe-se através dos depoimentos dos trabalhadores manuais que os acidentes eram uma constante e, segundo alguns depoimentos, havia uma de operação para ocultação de cadáver, como pode ser observado no depoimento do Manuel Pereira da Silva:

Era constante. A gente via só o pessoal cair de cima, mas nós não podia encostar (...) a gente só sabia que tinha caído operário lá, a gente corria pra ver, mas eles tinham uma equipe de bombeiro, formada inclusive pela firma, e que não deixava ninguém encostar. Quando um chegava, eles já isolavam o local, cobria a pessoa com um pano, com uma roupa, qualquer coisa, e tiravam. Naquele tempo nem perícia existia. Aí ninguém sabia qual era o operário. Mas sempre aparecia as malas, abandonada, e cama abandonada, às vezes a gente sabia através das camas, que o dono não aparecia mais¹⁵.

Para que a capital fosse inaugurada no dia 21 de abril de 1960, foi necessária a adoção de mecanismos ilegais para maximizar a exploração, com isso, direitos trabalhistas conquistados há décadas foram desrespeitados, fazendo com que a CLT e os direitos trabalhistas se tornasse praticamente letra-morta. As longas jornadas de trabalho

¹⁵ SILVA, Manuel Pereira da. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 8.

que se tornaram regra durante a construção de Brasília sequer eram permitidas pela legislação trabalhista, pois, qualquer jornada que ultrapassasse o limite de 12 horas, independente dos motivos, era considerada ilegal, e mesmo a de 12 horas não poderia ser adotada indefinidamente, segundo o artigo 61 da CLT (RIBEIRO, 2008, p. 161). Porém, o uso indiscriminado e ilegal das longas jornadas de trabalho era reconhecido pelo Governo Federal, o próprio presidente Juscelino Kubitschek chegou a afirmar que “O ano de 1957 foi de intensa atividade no Planalto. O regime de trabalho ali era contínuo. As turmas se sucediam, cada uma trabalhando cerca de 16 horas” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 92). Além do mais, o presidente incentivava diretamente para que os trabalhadores excedessem nas horas trabalhadas através de suas frequentes visitas aos canteiros de obras:

Cada dois dias eu fazia uma viagem a Brasília, para fiscalizar as obras e estimular, com minha presença, a atividade dos *candangos* (...) Chegava lá às 10 horas ou 11 horas da noite. Percorria, então, as obras até às 3 horas da madrugada (...) Durante dois anos, fiz 225 viagens desse gênero (Ibidem).

O cearense Antônio Carlos de Lima, que trabalhava como motorista de caminhão, chegou a testemunhar as visitas do presidente e, segundo seu relato, Juscelino chegava de madrugada nas obras e dava “uma tapinha nas costas dos *candangos* e dizer: Conto com a colaboração e o esforço de vocês, porque quero fazer cinco o que era para ser feito em cinquenta anos” (LUIZ, 2010, p. 268), e através desse comportamento do presidente os trabalhadores eram incentivados a adotarem o “ritmo de Brasília”.

Lazer, moradia e alimentação

Devido às longas horas de trabalho realizadas, praticamente ocupando todas as horas do dia, seria possível haver tempo para que os trabalhadores pudessem ter acesso a lazer? Segundo a propaganda oficial da construção de Brasília, além das melhores condições de trabalho, moradia e alimentação, os trabalhadores também possuíam acesso ao cinema. A verdade é que poucos trabalhadores conseguiram usufruir do seu tempo livre, muito menor é o número daqueles que tinham acesso ao cinema. De acordo com o mecânico carioca conhecido como Gegê, a construtora Rebelo, na qual ele trabalhava, chegou a montar um cinema improvisado no interior do acampamento, onde os filmes eram exibidos em um espaço coberto com folhas de zinco e os pisos, de cimento grosso, foram moldados em forma de degraus para servirem de assento, e os filmes passaram

geralmente aos finais de semana à base de gerador (LUIZ, 2010, p. 275). Algumas das opções para aqueles *candangos* que buscavam se divertir, e possivelmente as mais comuns, estão narradas em um depoimento obtidos por Hermes Teixeira, que nas palavras do *candango*:

Pensar em qualquer tipo de diversão porque divertimento aqui era trabalhar. O mínimo de 14 horas diárias, até 1960 não havia nem condições de pensar em divertimento. O divertimento jogos de futebol e pinga, muita pinga, muita bebida, e às vezes sair de Brasília para pegar uma mulherzinha em Anápolis, Goiânia, e de preferência Luziânia¹⁶.

Mesmo assim, a maioria dos depoimentos dos *candangos* referem-se à vida no Planalto Central como um ambiente hostil ao lazer, sobretudo nos primeiros anos da construção. O cotidiano dos trabalhadores estava circunscrito ao espaço de trabalho, sob condições desumanas, nesse sentido, a fala do Clementino Cândido reforça essa imagem ao ser perguntado como era o lazer durante a construção de Brasília: “Aqui não tinha lazer. Aqui tinha que ser igual porco: comer, trabalhar e dormir”¹⁷.

Após longas jornadas de trabalho, os *candangos* iam para os acampamentos das suas respectivas construtoras descansar e aguardar a chegada de mais um dia de trabalho duro. Os acampamentos foram uma forma de moradia temporária responsável por abrigar os trabalhadores migrantes, sendo fundamental na organização e no planejamento da construção da capital, visto que deixar que os migrantes decidissem sobre as suas habitações representaria um acarretamento de problemas relativos à dispersão populacional e eventualmente a ocupação de áreas destinadas à edificação de obras¹⁸. Os alojamentos foram alvos de constantes reclamações, pois os trabalhadores dormiam em um amontoado de camas improvisadas, formadas por beliches de dois ou três andares, e os guarda-roupas eram as próprias malas dos trabalhadores ou um simples caixote. Os alojamentos também eram espaços sujos que atraíam bichos como ratos, percevejos, pulgas etc. Apesar da condição desumana dos alojamentos, as jornadas de trabalho eram tão exaustivas que muitos trabalhadores dormiam em sono profundo enquanto

¹⁶ Entrevista realizada em 24/08/1981. Apud TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia*; 1956-1960. Brasília. 1982.

¹⁷ CÂNDIDO, Clementino. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 12.

¹⁸ RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro*. São Paulo: Marco Zero, 1991, p. 29. Apud JÚNIOR, Reinaldo de Lima Reis. *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)*. Editora E-papers, 2010, p. 41-42.

alimentavam os percevejos com sangue, segundo as palavras de quem habitava os acampamentos, eles são descritos como espaços onde:

Dava tudo quanto era tipo de peste: rato, percevejo, pulga, tudo quanto era tipo de imundície você podia encontrar naquela época aqui em Brasília. O percevejo já tinha me chupado tanto que o lençol tava todo vermelho de sangue. (...) Eu dormia não, ficava a noite todinha com a luz acesa, olhando eles em cima dos outros chupando os outros. (...) O cara morto de trabalhar, lavava só os pés, os braço, as mãos, o rosto. Coragem de tomar banho ele não tinha, porque era a água fria. (...), Mas o cansaço era tão grande que ele trabalhava, dava tudo dele, o dia e a noite, o pedaço da noite. E o resto da noite o percevejo chupava o sangue dele¹⁹.

Para o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro, os acampamentos facilitaram a imobilização da força de trabalho, devido à sedentarização e concentração forçada dos *candangos* em favor dos interesses do sistema político-econômico. Ribeiro compara os acampamentos com a relação que ocorre entre a fábrica e a vila operária, pelo motivo de que a vila operária fica integrada à unidade produtiva industrial localizada em uma área “isolada”, criando uma força de trabalho disciplinada e permanentemente vinculada às necessidades produtivas da fábrica, conseqüentemente, esse modelo de moradia contribui para a subordinação de todas as esferas da vida cotidiana do trabalhador à esfera produtiva, além de favorecer a superexploração da força de trabalho (RIBEIRO, 1991, p. 27-30)

Além das pesadas jornadas de trabalho e das péssimas condições de moradia, os trabalhadores tiveram que se submeter às péssimas condições de alimentação. Os *candangos* se alimentavam em cantinas insalubres, tendo que enfrentar longas filas após horas de trabalho. Também ocorria de as marmitas serem levadas aos trabalhadores nas próprias construções, como forma de reduzir o tempo não trabalhado (TEIXEIRA, 1982, p. 148-149). De modo geral, apesar de farto, os alimentos servidos aos trabalhadores eram feitos sem qualquer higiene e, frequentemente, se encontrava esparadrapos e moscas junto à comida. Um dos *candangos* nos conta uma das terríveis histórias sobre a comida oferecida durante a construção de Brasília, segundo ele:

(...) comida lá era muito ruim. Inclusive eu me lembro que um dia - eu ‘tava até contando essa história aqui em casa essa semana - nós chegamos no alojamento lá na cantina (incomp.) que chamava (incomp.). Lá tinha um ferro lá e a gente descia de lá do prédio correndo

¹⁹ Cf. cit. de Gustavo Sérgio Lins Ribeiro, *A Capital da Esperança: estudo sobre uma obra da construção civil*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB. 1980. mimeo, pp. 77-78. Apud TEIXEIRA, Hermes de Aquino. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1996, p. 21-22.

para cada um pegar um prato primeiro. E quando nós descemos lá (incomp.) um peixe pra nós comer. Aí começamos a comer, eu não aguentei, nunca tinha comido aquele tipo de peixe. Aí um colega meu começou a vomitar, até um paraibano, disse que nunca tinha comido aquele tipo de peixe, aquilo não era peixe. Aí o chefe da cozinha, encarregado da cozinha - era primo da minha primeira mulher - aí eu cheguei lá pra falar com ele, com soldado que estava de serviço lá, tinha um soldado da GEB de serviço, comendo arroz com feijão, e eu pedi a ele, por que que ele não fazia aquilo pra mim também. (incomp.) um pouco de arroz com feijão porque eu não comia aquela comida e já tinha um rapaz vomitando lá no (incomp.) da cantina. Aí, ele me disse que era um sucuri. Eles tinham matado na Paulo Wettstein, que era uma firma que desmatava o lago, ao lado da Pacheco Fernandes Dantas (...) Então era um sucuri que a gente ‘tava comendo. Eles davam qualquer coisa pra gente comer, pros operário. E aqueles que achassem ruim seria (incomp.)²⁰.

Por conta dessa falta de cuidado, a comida ficava sujeita a contaminações. O ex-operário, Edgard de Paula Viana narra que os *candangos* tinham diarreia constantemente e as infecções intestinais chegaram a ganhar contornos de epidemia. Para conter esse problema, visando não prejudicar o andamento das obras, as autoridades distribuíram lactobacilos para que fossem ingeridos diariamente, antes das principais refeições (LUIZ, 2010, p. 263). Devido às péssimas alimentações, os *candangos* se revoltaram e promoviam quebra-quebras nos acampamentos, inclusive, esse foi estopim que desencadeou a trágica conclusão dos *candangos* da companhia Pacheco Fernandes Dantas, evento esse que discutiremos no segundo capítulo.

1.2 – “Lá vem a GEB”.

Formação da Guarda Especial de Brasília

Durante a construção de Brasília, a Guarda Especial de Brasília (GEB) ficou responsável por fazer a segurança do patrimônio das empresas e realizar a mediação dos conflitos que viessem a ocorrer. Porém, a GEB ficou conhecida pela violência em suas ações truculentas contra os *candangos*. A história do policiamento em Brasília envolve primeiramente a NOVACAP, que passou a ter autoridade jurídica para resolver questões

²⁰ SILVA, Manoel Pereira da. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 7.

referentes à segurança, mesmo que, a princípio, sua função era gerir questões administrativas (LUIZ, 2010, p. 260). Em fevereiro de 1957, conforme o depoimento do primeiro Chefe da Polícia de Brasília, Coronel Muzzi, a Novacap criou a Divisão de Segurança Pública para realizar a vigilância sobre os materiais pesados das companhias:

No mês de janeiro de 1957, conversava com o Dr. Israel Pinheiro, em seu gabinete de trabalho no Rio de Janeiro, quando surgiu a ideia de ser instalado um policiamento oficial em Brasília, para manter vigilância sobre o material pesado das companhias, que se achava espalhado pelo acampamento, pois, já havia ocorrido alguns casos de furto. Ficou, então, estabelecida a criação da "Divisão de Segurança Pública da Novacap", isso aconteceu no dia 20 de fevereiro de 1957²¹.

Em primeiro de abril do mesmo ano é instalada a primeira delegacia, tendo o coronel reformado da PM do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Muzzi Alves Pinto, como comandante geral. Inicialmente surgem duas forças policiais vinculadas à Divisão de Segurança Pública da NOVACAP, a primeira é a Guarda Policial (GP), responsável por atuar na área considerada urbana, ou seja, a Cidade Livre e a sede da NOVACAP, enquanto que a segunda força policial, a Guarda Rural da NOVACAP (GRN), tinha a atribuição de atuar nas áreas não urbanas, tendo a responsabilidade de exercer o controle sobre a flora e fauna, além de exercer a vigilância sobre os acampamentos das companhias construtoras (TEIXEIRA, 1996, p. 36-37).

Sob a justificativa de que a população operária aumentava dia após dia consideravelmente e, conseqüentemente, exigiria um esforço maior das Guardas para lidarem com as intempéries do cotidiano, em abril de 1958, a NOVACAP solicitou ao general chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Amaury Kruehl, que instalasse um policiamento oficial em Brasília ainda em construção, justificando que era preciso uma autoridade processante para atender aos problemas da criminalidade. Entretanto, Brasília não tinha ordenação jurídica que lhe desse respaldo legal para instalar um policiamento oficial, visto que a capital ainda estava em construção. Para solucionar esse problema, a NOVACAP solicitou ao Governo de Goiás para que respaldassem a criação de um policiamento oficial em uma área em construção, o que acabou resultando na Lei Estadual nº 2.364 de 09 de dezembro de 1958²², autorizando a criação do

²¹ Cf. depoimento in JORNAL DE BRASÍLIA, 23/4/78 apud TEIXEIRA, Hermes de Aquino. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1996, p. 36.

²² ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO GOIÁS. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/10764>. Acesso em 22 de junho de 2023.

Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB) e desse departamento surgiu a Guarda Especial de Brasília, incorporando a Guarda Policial e a Guarda Rural da NOVACAP. Apesar da GEB estar subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, na prática a NOVACAP ficou responsável por administrar a nova Guarda (TEIXEIRA, 1996, p. 40-41).

Nos diversos depoimentos dos *candangos*, constata-se que o recrutamento policial em Brasília não era feito por um processo seletivo rigoroso, muito pelo contrário, na inviabilidade de contratar policiais de outros estados, as guardas de Brasília acabaram sendo formadas pelos próprios *candangos* em sua maioria. O recrutamento era feito através de poucos critérios e, nas palavras dos *candangos*, os trabalhadores eram “pegos no laço” para integrar a Guarda Especial de Brasília e receber um salário de 5 mil cruzeiros por mês em média, fora adicionais: “bastava saber atirar, mostrar ser valente, cabra-macho” (LUIZ, 2010, p. 263). Os policiais improvisados entraram em conflito com os operários constantemente e não possuíam nenhum tato para lidar com esses atritos, o que acabou resultando em barbaridades cometidas contra os *candangos*.

A GEB em ação

A principal fonte para compreender a atuação da Guarda Especial de Brasília são os depoimentos dos próprios trabalhadores, pois, a História Oficial praticamente não relata como os membros dessa guarda agiam, até porque essa história não era interessante de ser contada, visto que poderia prejudicar a imagem que a construção de Brasília queria passar. O corpo policial responsável por fazer a segurança da nova capital é denunciado constantemente nos depoimentos dos trabalhadores, sua atuação é marcada por extorsões, abusos e violências. Apesar da conduta reprovável, suas ações estavam em consonância com os interesses das autoridades governamentais e das empresas construtoras, pois, foram as suas ações repressivas que garantiram o intenso ritmo de trabalho, não permitindo que os *candangos* desviassem das suas tarefas, nem que consumissem bebidas alcoólicas de forma excessiva. O corpo policial também era responsável por reprimir os motins que ocorreram nos acampamentos, quase sempre por motivos de alimentação (TEIXEIRA, 1996, p. 41-42).

Além do despreparo do corpo policial formado às pressas, não havia qualquer instrumento legal que regesse as punições que deveriam ser aplicadas. Essa

desorganização é relatada por Severino Manoel do Santos, antigo membro da guarda de Brasília, segundo seu depoimento:

Não havia alicerce judicial para ação desses policiais, desses guardas. Inclusive nós não tínhamos delegado, não havia delegacia, juízes, não havia nada, não é? Era tudo feito na crua. O cara errava? A gente, a guarda pegava, amarrava ele, botava dentro de um quadrado de madeira que tinha abaixo da Novacap, 8 metros por 6 metros quadrados, botava lá dentro, ficava 3, 4, 5 dias lá dentro, depois soltava. Não tinha encaminhamento de justiça.²³

A falta de organização e de preparo resultou em diversos episódios violentos narrados pelos *candangos*. Em seus depoimentos observa-se a péssima imagem que a GEB possuía entre os trabalhadores. Para Osvaldo Alves do Nascimento, a Guarda Especial de Brasília “queria impor uma autoridade através da força (...) você via que era uma pessoa assim despreparada para lidar com o ser humano”²⁴, mesmo não tendo sido vítima direta da violência, Osvaldo também relata que: “uma vez vi um amigo ser torturado pela GEB e realmente aquilo me comoveu muito”²⁵. O *candango* Manuel Ramos dos Santos também expõe como era a atuação dos guardas de Brasília e qual era a reação dos operários quando se deparavam com a GEB:

Quando se via dizer: "Lá vem a GEB", nego já corria pra todo lado, porque eles não tinham instrução nenhuma pra prender, pra deter ninguém. Eles chegavam e era enfiando o cacete no (incomp.). Quem aguentasse bem, quem não aguentasse (incomp.). Se alguém reagisse... Eu assisti eles matar um cara no Núcleo Bandeirante. Bateram nele até matar, quer dizer, aquilo certas hora me dava até tristeza (...) o policiamento daqui era muito grosseiro, muito grosseiro mesmo, porque o cara que tem disciplina, que tem instrução não faz aquilo.²⁶

É possível de se imaginar que os motins nos acampamentos, quase sempre motivados pelas péssimas condições de alimentação, representavam um estopim de uma situação completamente desgastante, como foi descrito até então neste trabalho, com exaustivas horas de trabalho, péssimas condições de segurança, moradia e alimentação. Desse modo a Guarda Especial de Brasília agia para a sufocar movimentos que ousassem mostrar sua insatisfação com toda essa situação, tentando domesticar a mão de obra para

²³ SANTOS, Severino Manoel dos. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 12.

²⁴ NASCIMENTO, Osvaldo Alves do. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 18.

²⁵ *Ibidem*. p. 10.

²⁶ SANTOS, Severino Manoel dos. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 13-14.

que ela se submetesse ao ritmo de trabalho imposto. Um dos motins sufocados ocorreu em novembro de 1958 no acampamento da Construtora Rabello, ainda sob a regência das antigas guardas, nas palavras de um operário:

A violência contra os operários é constante em Brasília. O acampamento da Construtora Rabelo, em novembro, foi invadido pelos "bate-paus" da Novacap. O motivo foi o mesmo: reclamação contra a comida de péssima qualidade. O encarregado geral chamou a polícia e cinco operários foram presos e só foram libertados pela interferência do capitão Kleber (Comandante da 6a. Companhia do Exército)²⁷.

Poucos meses depois desse "bate-paus", em fevereiro de 1959, a Guarda Especial de Brasília realizou uma truculenta ação em outro acampamento, desta vez com um nível de violência superior aos demais, tal episódio ficou conhecido como Massacre da Pacheco Fernandes.

²⁷ Cf. relato de operário apud TEIXEIRA, Hermes de Aquino. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1996, p. 46-47.

CAPÍTULO 2 - O MASSACRE DA PACHECO FERNANDES: UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

2.1. Incidente entre policiais e operários ou um “Massacre Policial”?

A cobertura jornalística do Massacre

A ação violenta dos *gebinianos* que desembocou no que ficou conhecido como Massacre da Pacheco Fernandes possui algumas perspectivas que serão apresentadas neste segundo capítulo. Segundo Hermes Teixeira, o motivo dessas versões antagônicas existirem é dado pela ausência de informações precisas, além do quê, houve um esforço para abafar o massacre com receio de que este ocorrido pudesse prejudicar o andamento da construção de Brasília (1982, p. 177). Entre as diversas perspectivas sobre o massacre é de consenso que, no dia 8 de fevereiro de 1959, dois homens se revoltaram no refeitório do acampamento da Pacheco Fernandes, devido à péssima qualidade da comida servida e, por conta disso, foram tirar satisfações com o cozinheiro e nisso se iniciou uma briga. Com o intuito de conter os trabalhadores, a GEB foi convocada e após a chegada de alguns poucos soldados no local, foram tentar prender os revoltosos, porém acabaram sendo cercados pelos trabalhadores, os obrigando a se retiraram do local, horas depois a GEB retornou ao acampamento da Pacheco Fernandes, dessa vez acompanhada de reforços, resultando em uma violenta ação contra os trabalhadores da empresa.

O Massacre da Pacheco Fernandes, apesar da sua pequena repercussão, ainda permanece na memória de muitas pessoas. As diferentes versões desse episódio nos permitem compreender que essas memórias estão em um campo de disputas, onde certos elementos são minimizados ou ressaltados e determinados sujeitos são colocados no centro dessa história (CARDOSO, 2004, p. 174).

Iniciarei a apresentação das diferentes perspectivas do massacre pela cobertura jornalística em fevereiro de 1959, tendo como base o artigo do jornalista Alexandre Nonato, onde ele discute a ausência da investigação jornalística utilizando os jornais: *Binômio* (MG), *Diário de Pernambuco* (PE), *O Estado de São Paulo* (SP), *Última Hora* (RS), *Correio da Manhã* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *O Globo* (RJ) e *Tribuna da Imprensa* (RJ). Entre todos os jornais analisados por Nonato, somente o *Binômio* (MG) deu maior

atenção ao ocorrido, embora o jornal fosse de menor circulação e influência política, foi o único a enviar um jornalista e um fotógrafo para investigarem pessoalmente o caso, dando destaque de capa e uma página inteira para tratar sobre o violento episódio, enquanto que os outros jornais, maiores e mais influentes na política brasileira, deram pouco realce à violência acometida pela Guarda Especial de Brasília e se limitaram a investigar o caso à distância ou reproduzindo informações fornecidas por agências de notícia (NONATO, 2009, p. 3-4).

Os jornais que reproduziram a versão de apenas um morto foram o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Última Hora*. Enquanto que o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa*, que com a exceção dos títulos publicaram a mesma notícia, apresentaram a versão de “nove mortes” e “dezenas de feridos”. Os únicos jornais que publicaram o nome de Evaristo Soares Brandão, único operário morto confirmado pela versão oficial, foram os jornais *Binômio* e *Última Hora*. Em praticamente todos os jornais analisados por Nonato é relatado que a falta de água e o problema com a comida foram os motivos que levaram os dois trabalhadores a se revoltarem, porém, o *Diário de Pernambuco* e *Última Hora* disseram que “Não se conhecem exatamente os motivos da invasão, mas se sabem serem fúteis” e “O incidente deu-se por motivos de somenos importância” (NONATO, 2009, p. 8-9).

Os jornais escolhidos por Nonato foram publicados entre os dias 12 e 16 de fevereiro, ou seja, pelo menos 4 dias após o massacre, antes disso o autor não encontrou nenhum outro veículo impresso, porém, existem pelo menos dois outros jornais que noticiaram sobre o ocorrido, sendo eles, o *Popular* (GO) e a *Última Hora* (RJ), que publicaram sobre o massacre nos dias 10 e 11 respectivamente. Na publicação do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, foi realizado um levantamento sobre o que aconteceu durante o carnaval daquele ano nas principais capitais do Brasil, no caso de Brasília, o jornal relata que houve três mortes, porém, cada uma delas por motivos diferentes, sendo uma por afogamento, outra em uma colisão entre caminhões e, por fim, outra no conflito no acampamento da Pacheco Fernandes²⁸, ou seja, corroborando com a versão oficial de que houve somente uma morte.

²⁸ ÚLTIMA HORA. “Carnaval nos Estados: paulistano foi brincar em Santos e houve três mortes em Brasília”. Rio de Janeiro, 11/02/1959, p. 04.

Na matéria de *O Popular*, sendo o primeiro jornal a publicar sobre o que aconteceu na noite de carnaval em Brasília, a manchete estampada foi “Massacre policial: sangue de operários jorrou em Brasília”. Adentrando o que foi escrito na matéria, o jornal classifica o ocorrido como um “verdadeiro pandemônio” praticado pela polícia de Brasília, resultando na morte de 9 operários e mais de 60 feridos. Segundo o jornal, o massacre ocorreu da seguinte forma:

às 23:30h chegava ao local um contingente policial composto de 60 homens armados de metralhadoras. No mesmo ritmo em que desciam de seu veículo, os milicianos, sem ao menos tomar conhecimento do que sucedia, foram disparando suas armas contra a multidão de operários. (SOUSA, 2015, p. 11).

Ao comparar as matérias do *O Popular* com o *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa*, observa-se que estes dois últimos jornais praticamente reproduziram o que foi divulgado pelo jornal goiano.

Entre todos os jornais que publicaram sobre o Massacre da Pacheco Fernandes, destaca-se o *Binômio*, por ter sido o único a enviar um jornalista e um fotógrafo a Brasília para investigar pessoalmente, cujos nomes são: Didimo Paiva e Honório Gurgel. Além disso, o jornal mineiro era um veículo de oposição a Juscelino Kubitschek desde a época em que era governador de Minas Gerais (NONATO, 2009, p. 3). A matéria do *Binômio* não faz questão de esconder a sua parcialidade, adjetivando pejorativamente o episódio a todo instante, como pode ser observado no próprio título da matéria: “Polícia De Facínoras Transformou Brasília Em Capital do Cangaço” (Ibidem, p. 9). Apesar disso, sua matéria foi a que mais trouxe informações sobre o ocorrido, incluindo falas dos próprios *candangos*, além de não terem se limitado a alguns poucos parágrafos, como foi feito pelos demais jornais. Segundo o jornal mineiro tudo começou após alguns operários reclamarem da péssima qualidade da comida e a falta constante de água, levando outros trabalhadores a fazerem o mesmo, com isso, o chefe-de-obras solicitou à polícia para lidar com os inconformados. Quando os quatro guardas chegaram ao refeitório, começaram a espancar os operários, vendo tal atrocidade, outros operários reagiram e impediram a prisão de seus colegas, obrigando os guardas a se retirarem do refeitório. Por volta das 21h30 os policiais voltaram, agora com 60 homens armados para se vingarem do que aconteceu mais cedo. Segundo o depoimento obtido pelo *Binômio* de um *candango* que estava em meio a ação dos *gebinianos*, sua impressão foi a de que:

Pensei que era guerra. A fuzilaria me fazia lembrar pipoca arrebetando na panela. E o chefe deles gritava: “É prá cabeça! É pra matar! Esses porcos não valem nada. Foi um verdadeiro inferno. Quanto mais caía gente no chão, mais eles atiravam. Só vendo²⁹.”

Em decorrência das diversas matérias publicadas sobre a ação policial no acampamento da Pacheco Fernandes, o Coronel Oscar Dutra, na época diretor do Departamento Regional de Polícia de Brasília, enviou um telegrama à redação do jornal *O Anápolis*, com o intuito de desmentir as versões que classificavam o episódio como um massacre. Segundo o telegrama enviado pelo Coronel:

(...) O incidente ocorrido na noite do dia 8 entre elementos policiais e operários da firma Construtora Pacheco Fernandes resultou em um morto e três feridos. Situação está completamente normalizada não havendo greve ou qualquer perturbação e os culpados estão todos presos, inclusive os vinte e sete policiais. Foi instaurado inquérito, tendo sido designado advogado Arquelau A. Gonzaga para procedê-lo. Os culpados serão entregues à justiça para o devido julgamento³⁰.

Entre as diversas versões apresentadas pelos jornais da época, fica evidente que a falta de interesse sobre o assunto e, conseqüentemente, a falta de investigação, comprometeram o nosso conhecimento sobre o que ocorreu na noite de carnaval de 1959, tornando o Massacre da Pacheco Fernandes tema nebuloso até os dias de hoje. E o único jornal que chegou a realizar uma apuração presencial dos fatos possui um histórico de intensos ataques ao Juscelino Kubitschek, nos fazendo refletir sobre a sua imparcialidade diante do ocorrido.

Desdobramentos subsequentes ao Massacre

Após o massacre, o presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil, Heitor Silva, enviou um telegrama às autoridades públicas federais, como os presidentes da Câmara e do Senado, ao próprio presidente Juscelino Kubitschek e ao Ministro de Guerra, Marechal Teixeira Lott, como também a alguns jornais. No telegrama constava a seguinte mensagem:

Trabalhadores e povo de Brasília diante do monstruoso massacre praticado pela polícia local, assassinando operários indefesos da firma

²⁹ BINÔMIO, “*Polícia De Facínoras Transformou Brasília Em Capital do Cangaço*”. Minas Gerais, 16/02/1959 apud TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia; 1956-1960*. Brasília. 1982.

³⁰ O ANÁPOLIS. Goiás, 15/02/59 apud TEIXEIRA, 1982, p. 180.

Pacheco Fernandes, trucidando nove trabalhadores, ferindo dezenas de outros operários, (...) altas horas da noite quando dormiam em seus alojamentos. Exigimos de V. Excelência instauração de rigoroso inquérito e punição dos culpados (SOUSA, 2015, p. 10-11).

Como consta no depoimento de Geraldo Campos ao ArPDF, a época funcionário da NOVACAP, esse telegrama foi enviado a Goiânia através do mestre-de-obras, cujo nome é Assunção, para então ser publicado, visto que não havia possibilidade de divulgarem na capital ainda em construção, pois os meios de comunicação estavam nas mãos da direção da NOVACAP e eles não permitiriam a utilização de seus telefones e rádios para a divulgação do massacre³¹. Para Geraldo Campos, a atuação da Associação de Trabalhadores da Construção Civil, mesmo que não legalizada, permitiu que o massacre fosse veiculado em diversos jornais de todo o Brasil. De fato, boa parte dos jornais se basearam no telegrama enviado a autoridades públicas para embasar suas publicações. O engajamento de Heitor Silva e de Geraldo Campos em noticiar a ação violenta da força policial de Brasília é justificado pelo próprio Geraldo Campos, segundo suas palavras:

(...) Eu, Heitor Silva, nós éramos ligados ao Partido Comunista. E tínhamos toda uma experiência de luta classista, todo um envolvimento político-ideológico. E foi essa vocação, graças a isso, que nós nos envolvemos com o movimento de organização dos trabalhadores (...) Eu tava atrás como quem cumpre uma tarefa, todo o tempo, sempre buscando encaminhar.

(...) Quando nós fomos pra Pacheco Fernandes pra fazer essa denúncia, nós íamos enquanto companheiros que lutavam na mesma organização. Então eu acho que a contribuição do Partido Comunista, através desses militantes, que representava a consciência mais avançada daquele mundo de trabalhadores³².

Além do telegrama escrito pela Associação dos Trabalhadores na Construção Civil, a Associação Comercial de Brasília, presidida pelo Gileno Mendes de Andrade, enviou um ofício às autoridades, solicitando a extinção da Guarda Especial de Brasília devido ao massacre ocorrido, em suas palavras:

Essa polícia que já tem provocado casos semelhantes, muito embora sem essa proporção, tem de ser eliminada. Não temos policiais, mas, sim, bandidos que vestem fardas. É preciso que o Governo Federal e a

³¹ CAMPOS, Geraldo. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 9.

³² *Ibidem*, p. 25.

administração da NOVACAP resolvam o problema, fazendo com que o exército se encarregue do policiamento³³.

O pedido da Associação Comercial de Brasília chegou a ser atendido, o Exército interveio na segurança de Brasília, criando a esperança de que os responsáveis pela violência no acampamento da Pacheco Fernandes seriam devidamente punidos. Porém isso nunca chegou a acontecer e rapidamente a Guarda Especial de Brasília retornou aos trabalhos, garantindo o rápido andamento das obras (TEIXEIRA, 1982, p. 189).

Outra autoridade pública a receber um telegrama tratando sobre o Massacre da Pacheco Fernandes foi o Ministro da Justiça, Cirilo Júnior, que após tomar conhecimento do episódio solicitou informações a Israel Pinheiro, que presidia a NOVACAP. Em resposta ao Ministro da Justiça foi enviado um relatório assinado pelo Coronel Osmar Soares Dutra no dia 20 de fevereiro. Neste documento é dito que "Heitor Silva é um comunista fichado e se intitula presidente do Sindicato de Operários de Brasília e presidente da Associação de Operários de Brasília, ambos sem existência legal". No relatório é reafirmada a versão do telegrama publicada no jornal *O Anápolis*, de que em decorrência do conflito, resultou em "um morto e três feridos sem gravidade" e que também que foi "instaurado rigoroso inquérito, do qual foi encarregado o Corregedor deste Departamento, — e que o Juiz da Comarca de Planaltina — já decretou a prisão preventiva de 30 indiciados, sendo 27 soldados da Polícia e 3 civis"³⁴.

Em relação ao inquérito citado pelo Coronel Osmar Soares Dutra, o jornalista Adirson Vasconcelos, sobre o qual comentarei melhor posteriormente, expôs qual foi a resolução do inquérito em seu livro *O Conflito da Pacheco na Construção de Brasília* a partir dos documentos gerados no processo. De fato, no dia 13 de fevereiro, o Corregedor Arquelau Augusto Gonzaga encaminhou a conclusão do inquérito policial ao Juiz Lúcio Batista Arantes da Comarca de Planaltina juntamente com a solicitação de prisão preventiva de todos os indiciados. O juiz atendeu à solicitação, entendendo que:

(...) "de modo claro e evidente, pesam sobre os ombros dos policiais e civis que integravam o contingente de soldados que na noite citada (9 de fevereiro), num ato de verdadeira selvageria, invadiram os alojamentos da citada companhia (Companhia Construtora Pacheco Fernandes Dantas) e, ali, desfecharam tiros de arma de fogo, tendo, em

³³ CORREIO PAULISTANO, São Paulo, 15/02/59. Apud TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia; 1956-1960*. Brasília. 1982, p. 188.

³⁴ Documentos ArPDF, 20 e 21 de fevereiro de 1959. Apud TEIXEIRA, Hermes de Aquino. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1982, p. 52-53

consequência, falecido, incontinente, o operário Evaristo Soares Brandão” e “ferindo 48 pessoas” (VASCONCELOS, 2017, p. 47).

Entretanto, o Promotor Antônio Ricardo solicitou a revogação das prisões preventivas, por não encontrar justificativa na lei penal para incriminar os indiciados, alegando que:

(...) “os policiais se deslocaram ao local do crime por determinação de ordem superior, praticaram os atos mencionados por obediência a ordem de superior hierárquico, cometeram os atos por erro plenamente justificado, pois supuseram uma situação de fato que se existisse tornaria a ação legítima”. E, juntou: “São militares acostumados a cumprir ordens e a acabar com motins usando violência” (VASCONCELOS, 2017, p. 50-51).

A justificativa do Promotor Antônio Ricardo demonstra o reconhecimento do excesso de violência cometida pela Guarda Especial de Brasília, que deixou 48 pessoas feridas e um falecido, porém, ao mesmo tempo que admite o fato ocorrido, o Promotor isenta os responsáveis pela barbaridade sob a justificativa de que estavam seguindo ordens superiores. Dessa forma, no dia 28 de fevereiro, as prisões foram revogadas e, conseqüentemente, os policiais da GEB que participaram do Massacre da Pacheco Fernandes não pagaram pelos crimes cometidos, muito menos seus superiores que ordenaram o ataque contra os *candangos*. Do ponto de vista judicial, a história deste episódio se encerra aqui, com a impunidade imperando sobre as forças policiais.

2.2. Memórias - As versões não oficiais do Massacre da Pacheco Fernandes

A Questão da Memória

Antes de avançar para os depoimentos dos *candangos*, no que se refere ao Massacre da Pacheco Fernandes, é necessário que se reflita sobre a memória para obter melhor compreensão das histórias narradas pelos construtores de Brasília. Nesse sentido, a colocação de Ecléa Bosi é fundamental, alegando que “lembrar não é reviver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição”³⁵, ou seja, a memória não é uma simples reprodução do passado, pois ela é constantemente revisada a partir das ressignificações feitas sobre o passado no presente. E quando a memória é expressada, nunca o é em um

³⁵ BOSI, 1994, p. 20. Apud DE CEBALLOS, 2009, p. 1.

ato inocente, pois ela é construída a partir de lembranças, como também de esquecimentos, conscientemente ou inconscientemente, para que a memória possua sentido para quem está narrando (DE CEBALLOS, 2009, p. 2)

Diante desta complexidade, o melhor instrumento que temos para reconstruir as memórias é a História oral, que muitas vezes possibilita a emersão de memórias antes colocadas de lado, pois, essas memórias podem gerar tensões e contradições com o que é contado pela História Oficial, como é o caso deste trabalho (SOUSA, 2015, p. 5). Segundo a historiadora Verena Alberti “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (2005, p. 155). Verena Alberti também destaca sobre alguns equívocos que se deve evitar quando se trabalha com esta metodologia, um dos equívocos é achar que o relato que provém de uma entrevista de História oral corresponde a própria “História”, tornando-se a revelação do real, em vez de considerá-la uma fonte como tantas outras, que necessita ser interpretada e analisada (Ibidem, p. 158).

Frequentemente os relatos provenientes da História oral são associados às fontes carregadas de subjetividades. De fato, as fontes orais portam consigo a subjetividade de quem está narrando e isso não significa dizer que elas são menos relevantes que as fontes escritas, até porque todas as fontes possuem algum grau de subjetividade ou de parcialidade. Para exemplificar, basta lembrarmos do caso do jornal *O Binômio* trabalhado no tópico anterior.

Depoimentos do ArPDF

Entre os anos de 1989 e 1991, os pesquisadores do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) entrevistaram diversos atores ligados à construção de Brasília seguindo a metodologia da História oral para o *Projeto Memória da Construção de Brasília*, a fim de ampliar as informações dos documentos oficiais acerca da edificação e da transferência da capital brasileira. Nesse Projeto, foram entrevistados sujeitos dos mais diversos segmentos sociais: arquitetos, técnicos, trabalhadores manuais, engenheiros, políticos, jornalistas, médicos, entre outros. Nos depoimentos são relatadas experiências vividas que foram reelaboradas pela memória em um espaço de tempo de cerca de 30 anos entre o ocorrido e o narrado. Nas entrevistas com os operários, classificados como

trabalhadores manuais no catálogo do Projeto, os assuntos privilegiados são os motivos da vinda para Brasília, as atividades e obras em que trabalhou, as condições de vida e o Massacre da Pacheco Fernandes e, conseqüentemente, da Guarda Especial de Brasília responsável pelo violento episódio (CARDOSO, 2004, p. 175).

Para elaboração deste trabalho foram analisados cerca de 34 depoimentos do Programa de História Oral do ArPDF. Porém, para falar sobre o Massacre selecionei sete depoimentos de quatro segmentos diferentes. Entre os trabalhadores manuais estão presentes: Clementino Cândido, Eronildes Guerra de Queiroz, José Irismar Soeiro e Suzana Conceição Mendonça. Já os outros três depoimentos são de segmentos diferentes, foram selecionados: o jornalista Natalino Cavalcante de Melo, o médico Edson Porto e o técnico Geraldo Campos que já foi mencionado anteriormente neste capítulo.

No depoimento para o ArPDF Clementino Cândido afirma que chegou a escutar os tiros disparados pelos *gebinianos* no acampamento da Pacheco Fernandes e que os tiros também chegaram a atingir dois alojamentos da Rabello, empresa na qual trabalhava. Ao ser perguntado se morreu muita gente, Clementino responde:

Olha, o pessoal diz que morreu foi muita, foi mais de 150 pessoa, mas no jornal só dizia que morreu três. O jornal não era bobos, não era bobo de publicar o tanto da pessoa. A gente sabe que foi carregado num caminhão, dentro de um caminhão de basculante e soltado e enterrado no cerrado³⁶.

Clementino também relata que após o massacre muita gente se revoltou, chegaram a cogitar de “juntar pra sair todo mundo, ir embora, largar Brasília”, porém, após serem aconselhados por um engenheiro se conformaram e voltaram a trabalhar mesmo revoltados, e desabafa que “o pessoal ficaram muito magoado da quantidade de gente que morreram, sabe? Quantidade de gente que morreram e sem culpa”³⁷.

No depoimento de José Irismar Soeiro é dito que trabalhadores da Pacheco Fernandes saíram correndo dos policiais durante o massacre e foram parar na usina do Paranoá, onde ele trabalhava. José também dá a mesma versão de Clementino sobre os que morreram durante o Massacre, segundo seu depoimento: “Foi máquina, que pegou basculante, que pegou os D-08 era fazendo os buracos e jogando (incomp.) descendo os

³⁶ CÂNDIDO, Clementino. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 15.

³⁷ *Ibidem*, p. 19.

corpos lá e enterrando. Isso é de vocês que provaram aí, que o boato é certo, é. Isso aconteceu”³⁸.

Suzana Conceição Mendonça nos conta que trabalhava lavando as roupas dos trabalhadores da construção de Brasília e alguns desses homens para quem prestava serviço morreram na ação policial na Pacheco Fernandes e que, ao todo, morreram 40 pessoas. No dia seguinte ao massacre, Suzana ficou sabendo do que havia ocorrido e após tentar entrar no acampamento da Pacheco para entregar as roupas lavadas foi impedida, segundo seu relato:

Eu estava subindo ali. Aí encontrei...estava começando tudo ali, carro de polícia para tudo que é lado. "Para onde é que você vai, dona?" Eu falei: "Eu vou levar roupa para os caras que eu lavo." "Não, não pode entrar lá não, a senhora quer morrer, é? Com essa barriga desse tamanho." Eu falei: "Mas eu lavo roupa para eles." "Dona, vá-se embora para casa, deixe para vim ver isso amanhã." (...) Aí voltei para casa. No outro dia eu falei: "Ah, deixa para lá, o trato mesmo é levar essa roupa hoje. Mas não pode entrar, tá tudo interditado aí, o que eu vou fazer?" No outro dia, pela mesma hora de tarde, eu vim trazer a roupa, aí consegui passar, estava tudo bem (...) E eu tinha o nome deles tudo, tinha anotado num papel que era para saber camisa tal, camisa de linha tal, calça tal, nome tal, fulano de tal, tudo, tudo. Eu trazia uma caderneta para eles lerem e pegar as roupas deles. "Dona, morreu esse, morreu esse, morreu aquele." Só dos que eu lavava morreram cinco — dos que eu tinha levado a roupa para lavar — nessa história³⁹.

Entre todos os depoimentos dos trabalhadores manuais presentes no ArPDF, o que mais chama atenção é o testemunho de Eronildes Guerra de Queiroz. A versão deste depoimento é de um *candango* que trabalhava na cozinha da Pacheco Fernandes e estava presente no momento do Massacre, porém, suas falas extrapolam o bom-senso e entra em contradição com todas as outras versões conhecidas, em sua fala, Eronildes diz:

Eu tava na cozinha, eu era cozinheiro. O interessante que separaram os cozinheiro, aquilo ali foi o seguinte: aquilo ali veio três armador do Bandeirante, num dia de sábado, veio já sábado de tardinha, três armador pediram jantar, puseram, pusemos o jantar pra eles. Aí quando pusemos o jantar, eles começaram a quebrar tudo. O jantar não tava bom. Aí, o sargento Valdivino chamou a polícia. Aí, veio um jipe com três policial. Aí, prenderam os caras, aí, cercaram mais de 3 mil operário, peão, operário de toda classe (...) Ligaram pra GEB, aqui no Núcleo de Custódia, dizendo que já tinha sido morto um soldado. Aí veio aquele choque enorme, um monte de choque. Chegou lá e separaram. Já vinha com, chegou lá, conversaram com a polícia que no

³⁸ SOEIRO, José Irisma. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 9.

³⁹ MENDONÇA, Suzana Conceição. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. p. 13-14.

cozinheiro ninguém mexia. Era só a turma da obra. Aí eles entraram. O major que era o comandante, me parece que era o major Gastão, não sei, era o comandante; aí, mandou a turma entrar e fazer fila, todo mundo fazer fila pra apanhar e quem corresse levava chumbo, quem corresse. Aí, a turma, coitada, a turma ficou tudo apavorado, começaram a correr⁴⁰.

O depoimento de Eronildes se equivoca ao dizer que “mais de 3 mil operários” cercaram os três policiais que tentaram conter os trabalhadores revoltosos, pois, além de ser um número desmedido, a construtora Pacheco Fernandes possuía cerca 1.300 operários em seu acampamento da Vila Planalto. Entre as contradições em relação às outras versões conhecidas, está a informação de que o reforço da GEB veio após ser notificada de que havia um soldado morto, como também a informação de que havia um major na operação e que ordenou que os trabalhadores formassem uma fila para então iniciar os ataques. De modo geral, os diversos depoimentos apontam que os operários que estavam no acampamento da Pacheco Fernandes foram pegos desprevenidos pela GEB, ou seja, além de contradizer com a informação da formação de uma fila para apanhar, também contradiz com a informação de que o reforço chegou durante a confusão no refeitório. Eronildes também comenta sobre a ocultação dos mortos no massacre, versão que também foi apresentada por Clementino Cândido e por José Soeiro, porém Eronildes diz saber onde foram enterrados:

Mas o que mais me chocou mesmo foi aquela morte daqueles cara que morreram dormindo, foi o que mais me chocou. Na época disseram que o cara que carregou esses mortos ganhou um caminhão F-600. Um caminhão F-600 da Ford, o cara ganhou. Um tal de um Manoel, um baiano, não esqueço o nome desse cara até hoje. Moreno baixo, que era motorista do escritório, não era de obra, era do escritório. Diz que ele que carregou. Jogou na lagoa Feia, lá em Formosa⁴¹.

O depoimento completo de Eronildes também é um caso à parte, invertendo completamente o roteiro planejado pelos pesquisadores do ArPDF. O roteiro básico consiste em: se apresentar, dizendo a data e o local de nascimento; descrever a realidade da cidade onde morava antes de ir trabalhar na construção de Brasília; dizer como ficou sabendo e o motivo de ter ido para Brasília, relatar atividades e trabalhos realizados na construção da nova capital; informar as condições de vida; para então falar sobre o Massacre da Pacheco Fernandes. Eronildes, quando perguntado sobre sua origem e a

⁴⁰ QUEIROZ, Eronildes Guerra de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991, p. 2.

⁴¹ *Ibidem*, p. 3.

região em que vivia, responde ter vindo de Pernambuco e ter chegado em Brasília em 1957 e logo em seguida introduz o tema do massacre, mostrando uma vontade e uma forte necessidade do entrevistado em falar sobre o assunto (CARDOSO, 2004, p. 183).

Passando para os depoimentos dos outros segmentos, inicio pela entrevista com o médico Edson Porto, que assumiu a administração do Hospital Juscelino Kubitschek Oliveira (HJKO) em dezembro de 1956. Ao ser perguntado pelos entrevistadores se chegou a atender algum operário ferido em decorrência da ação da GEB na Pacheco Fernandes, Edson responde que:

Realmente não presenciei o choque que houve entre essas duas instituições. Realmente houve. Mas não chegou a ser esse massacre. Bom, como o local, distante do hospital, nós não percebemos nada. Ou seja, quem trabalha não tem tempo pra ganhar dinheiro. Quem tava trabalhando lá, não tava vendo nada. Mas de pessoal que foi encaminhado para o hospital, que eu me lembro, e que realmente necessitou um atendimento assim mais sério, nem foi coisa grave não, apenas três. É tanto que pra mim, até hoje, esse massacre citado, ainda é uma incógnita, eu ainda pergunto⁴².

E ao ser perguntado se os que chegaram ao hospital estavam feridos de bala, Edson contesta e minimiza o ocorrido:

Olha, o problema ali era de cacetada, de escoriações em tudo, de briga. Quer dizer, da parte médica que eu posso responder pra você é exatamente isso. Agora, apareceu lá, o quê? Uns cinco ou seis outros ali com escoriações também. Quer dizer, se você tiver um tumulto aí num ginásio de esporte aí, você vai ter vinte vezes mais do que isso. Agora realmente aquilo foi muito especulado, e o porquê eu não sei. Agora, isso eu confesso que eu não presenciei nem nada. Só soube desses que chegaram ao hospital necessitando de tratamento, do confronto que teve entre... isso realmente houve. Agora eu não posso dizer pra você em detalhes, as nuances mesmo do movimento, aí eu não tenho como. Os meandros... já que é uma palavra bonita que eles usam⁴³.

O depoimento de Edson Porto chama atenção, pois o administrador da HJKO descreve uma versão mais branda que a própria versão oficial. Segundo a perícia médica realizada pelos médicos legistas João Cristóvão Palmieri e Alberto Pimentel Cardoso, 48 trabalhadores passaram pelos exames de corpo de delito, sendo que três foram atingidos por arma de fogo, também foi realizado o exame cadavérico em Evaristo Soares Brandão (VASCONCELOS, 2017, p. 29-32). Como que o administrador do HJKO presta um

⁴² PORTO, Edson. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 16.

⁴³ *Ibidem*.

depoimento que não contempla os documentos produzidos pelo próprio HJKO? Também chama atenção o fato de não haver nenhuma menção no depoimento do médico sobre Evaristo Soares Brandão, o único morto na versão oficial. Já no depoimento do jornalista Natalino Cavalcante de Melo é apresentada uma hipótese do porquê o Massacre da Pacheco Fernandes não obteve uma grande repercussão na mídia, para o jornalista:

(...) existia inclusive uma preocupação, como existiam, vamos dizer, os antimudancistas, então ninguém tinha interesse jornalístico, pelo menos nós que éramos adeptos da mudança da capital, em divulgar fatos que contribuíssem para fortalecer os antimudancistas. Porque os eles eram uma corrente grande demais, não queríamos alimentar o antimudancista, não sei se houve uma determinada omissão, mas esse como outros fatos assim ninguém tinha interesse em publicar fatos que contribuísse para depreciar, para retardar, porque tinha muita gente doida para ter qualquer fato que impedisse a construção, e esse não era o caso (...) Você me perguntaria, como não tinha interesse em se aprofundar, ninguém se aprofundou em investigar mais, em divulgar, para quê? Se o fato não ajudava nada a construção de Brasília. Atrasava a construção de Brasília, a divulgação disto. Não contribuía para nada. Nós sabemos realmente que houve, como houveram outros fatos, por exemplo. Eu vou lhe citar, só para te dar um exemplo aqui: o edifício da construção do Congresso de 28 andares, quer dizer, quantos e quantos operários por falta de capacidade técnica ao soldar, caía e morria e você cobria com a lona? Nós sabemos disso⁴⁴.

Natalino de Melo levanta uma questão intrigante, pois, o fato dos inúmeros *candangos* que morreram edificando a nova capital nunca terem chamado a atenção da mídia da época, corrobora a ideia de que o massacre também foi omitido para evitar desgaste do governo de JK, podendo atrasar o cronograma das obras. No depoimento do Geraldo Campos, já comentado anteriormente e que à época era funcionário da NOVACAP e possuía envolvimento com o Partido Comunista, é narrado o Massacre da Pacheco Fernandes de modo similar às manchetes dos jornais, não coincidentemente. Em suas palavras o massacre ocorreu da seguinte maneira:

(...) Num dia de domingo de carnaval de 1959, no acampamento dessa firma que construiu o Palácio do Planalto, os operários se revoltaram. Se revoltaram porque faltava comida tava estragada, faltava água, tava atrasado o pagamento. E aí bateram com os pratos na mesa. Aí chamaram a polícia, a polícia foi lá, o pessoal continuou, a polícia foi embora, e voltou no entardecer, já quando começava a escurecer, e chegou lá armada, num fato que a todos surpreendeu pela violência, pela brutalidade, e metralhou o acampamento (...) Mas nesse dia de 59, do começo de 59, a polícia chegou no acampamento, e metralhou os trabalhadores, muitos morreram. Esse é o depoimento que eu ouvi dos

⁴⁴ MELO, Natalino Cavalcante de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, p. 32.

próprios trabalhadores. E dizem, que eles foram colocados mortos, numa caçamba basculante, num caminhão basculante, e levados pra local ignorado, lá dizem que pros lados de Planaltina, da cidade-satélite de Planaltina, que naquele tempo já existia, que era uma cidade de Goiás, naturalmente muito menor que hoje⁴⁵.

No depoimento de Geraldo Campos podemos destacar a informação que aparece novamente de que os *candangos* assassinados foram levados por caminhões basculante para serem enterrados, porém, diferentemente da versão de Eronildes, Geraldo diz que foram enterrados em Planaltina. Outra coisa que podemos destacar é o possível nascimento do boato de que os integrantes da GEB utilizavam metralhadoras. O termo “metralhados” aparece em diversos depoimentos e em alguns jornais, porém a GEB tinha acesso somente a revólveres fornecidos pela NOVACAP. O entrevistador de Geraldo Campos chega a perguntá-lo sobre a utilização de metralhadoras e é respondido com “Nós supomos que eles metralharam lá”⁴⁶. O uso corriqueiro do termo “metralhados” também pode ter se proliferado por uma questão de linguagem, em referência a quantidade de tiros disparados pela GEB.

Depoimentos obtidos por Vladimir Carvalho

No filme documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* dirigido por Vladimir Carvalho em 1992⁴⁷, o Massacre da Pacheco Fernandes é um dos principais temas abordados, contando com diversos depoimentos de trabalhadores que ajudaram a erguer a nova capital do Brasil, mas também de figuras prestigiadas.

Entre essas figuras prestigiadas está Oscar Niemeyer, que quando perguntado sobre o massacre, diz não saber do ocorrido e prefere não comentar por falta de informações, entretanto, Vladimir insiste no tema deixando o entrevistado irado e obtém com isso uma fala intrigante do arquiteto, em sua resposta diz: "Matam tanto operário. É um regime de merda. Qual a importância de matar um lá. Tão matando todo dia aí, invadindo as favelas". Apesar de certa indignação de Niemeyer, sua fala desqualifica o

⁴⁵ CAMPOS, Geraldo. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 7-8.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 33.

⁴⁷ Vladimir Carvalho (1935) é um cineasta e documentarista paraibano formado pela Universidade Federal da Bahia e chegou a integrar a vertente documentarista do movimento do Cinema Novo. O documentário *Conterrâneos Velhos de Guerra* aborda a história de diversas pessoas que contribuíram para a construção de Brasília, dando destaque a perspectiva dos *candangos*, e a partir de seus depoimentos são narradas as péssimas condições de trabalho e as violências que foram submetidos.

que aconteceu em 1959 e acaba naturalizando a violência (CARDOSO, 2004, p. 176). Outro entrevistado é o urbanista de Brasília, Lúcio Costa, que ao ser perguntado do massacre também diz não ter ouvido falar sobre, Vladimir questiona qual seria a reação do urbanista caso tivesse ficado sabendo na época, a resposta de Lúcio Costa, é a seguinte:

Não teria dado a menor importância. Nenhuma. São episódios. Do ponto de vista da construção da cidade, são episódios. Agora, a imprensa é que gosta de traumatizar essas coisas. Falta de assunto. Não tomei conhecimento, não fui informado do episódio, mas se tivesse não teria dado a menor importância (Ibidem, p. 178).

Vladimir também entrevista Ernesto Silva, que foi presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal em 1956 e diretor da NOVACAP entre 1956 a 1961. Diferentemente dos dois depoimentos anteriores, Ernesto sabia do que aconteceu no acampamento da Pacheco Fernandes, porém demonstra desconhecimento até mesmo do consenso que temos do ocorrido e termina por minimizar a violência da GEB:

O que houve foi uma festa, compreendeu?... em que houve muita bebedeira e houve desavença entre os operários. E a polícia teve que intervir e houve naturalmente pessoas feridas. Me parece que houve um morto. Mas esse foi um problema... me parece um único.
E a polícia aqui era uma polícia dirigida por um coronel do Exército, uma polícia... não era uma polícia profissional, compreendeu?... mas que mantinha a ordem. E não precisava muita polícia aqui (Ibidem, p. 177).

Saindo do filme documentário, Vladimir Carvalho é entrevistado pelo *Jornal de Brasília* em 1980 e conta uma história que ele escutou de um *candango*, porém não conseguiu registrar porque a fita de gravação tinha acabado. Nessa história, Vladimir conta que “seu” Luís lhe disse ter morado na mesma rua de um velho cabo da GEB que teria participado do massacre na Pacheco Fernandes e que esse sujeito:

A noite não dormia, tinha visões terríveis e os seus familiares tinham de amarrá-lo à cama. Tinha atirado sobre os candangos e não sofrerá a mais mínima punição. O remorso o levará a uma situação desesperante. Acabou-se no delírio dos loucos, num hospital de indigentes chamando pelo nome de suas vítimas⁴⁸.

Apesar de não poder garantir a veracidade dessa história contada pelo cineasta, pois, infelizmente nunca se soube o nome ou o endereço desse cabo da GEB para buscar mais

⁴⁸ Vladimir Carvalho, "Uma cova rasa no cerrado", in *Jornal de Brasília*, 20/21 de abril de 1980. Apud TEIXEIRA, 1996, p. 61.

informações, a história que “seu” Luís conta pode demonstrar o impacto que a violência praticada no acampamento da Pacheco Fernandes teve no imaginário das pessoas que foram diretamente ou indiretamente atingidas por este episódio.

2.3. A Defesa da Memória Oficial

Nesta parte do capítulo discutirei as obras citadas pelo *Correio Braziliense* na matéria sobre o Massacre da Pacheco Fernandes ao completar 60 anos, são elas: *A Bailarina Empoeirada*, publicado em 2013, pelo advogado e cientista político Luiz Humberto de Faria Del'isola e pela jornalista e também advogada Noêmia Barbosa Boianovsky, e a obra de Adirson Vasconcelos *O Conflito da Pacheco na Construção de Brasília*, publicado em 2017. No livro *A Bailarina Empoeirada*, são discutidas diversas histórias e mitos que constituem Brasília, entre essas histórias está o Massacre da Pacheco Fernandes e, para os autores este episódio é um “exemplo de mitificação transformada em história” devido à divulgação amplificando e exagerando os fatos, permitindo que a versão não oficial fosse vista como a verdadeira (DE'ISOLA; BOIANOVSKY, 2013, p. 123).

Para os autores, os maiores responsáveis pela divulgação da versão do massacre como sendo verdadeira, são: o historiador Hermes Aquino Teixeira, responsável por publicar a obra *No tempo da GEB (1956- 1960) Trabalho e violência na construção de Brasília*, e o cineasta Vladimir Carvalho que dirigiu o filme *Conterrâneos Velhos de Guerra* e, quem lê ou assiste as obras citadas se convence de que realmente houve um massacre, onde morreram dezenas de pessoas e que houve um esforço para que este episódio não fosse amplamente divulgado. Humberto Del'isola e Noêmia Boianovsky argumentam que a versão do massacre não se sustenta facilmente e que uma pesquisa revestida de correta metodologia científica apontaria que tal versão se situa no campo da subjetividade da memória coletiva (Ibidem. 157). Também argumentam que os defensores da versão do massacre possuem uma grave deficiência metodológica por utilizarem quase que exclusivamente os depoimentos orais disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal, e que eles não levaram em consideração as contradições e as incoerências desses depoimentos. Além do mais, os autores ponderam que os depoimentos do ArPDF estão “repletos de credices, superstições, mitos, lendas e uma quase megalomania. Acima de tudo, exageros e fantasias. São características comuns às

fontes orais, sem que isso as invalide ou as diminua, em cotejo com as fontes escritas” (Ibidem p. 182).

Apesar de dizerem que as características comuns às fontes orais não invalidam seu uso, a frase citada demonstra certo preconceito com a utilização dos depoimentos orais como fontes, ou pelo menos, certos depoimentos, pois, neste livro também são utilizadas fontes orais, porém com o intuito de demonstrar que a versão do massacre não é fidedigna. Para exemplificar este raciocínio, os autores utilizaram a entrevista de Eronildes Guerra de Queiros que, como já foi mostrado neste trabalho, esse depoimento possui grandes contradições em relação às outras entrevistas do ArPDF. Acusando aqueles que defendem a tese do massacre de não utilizar o depoimento de Eronildes devido às suas contradições, que levariam ao enfraquecimento do seu argumento. Entre os depoimentos utilizados no livro para demonstrar que o massacre não ocorreu está o de Cláudio Spínola, que na época do ocorrido, morava no acampamento da Pacheco Fernandes, a cerca de 250 metros dos alojamentos atacados pela GEB. Essa entrevista foi dada ao *Correio Braziliense* sob o título “Ele viu o massacre que não houve” e segundo a reportagem Cláudio relata que:

Esse massacre é uma balela, não aconteceu. Apenas uma pessoa morreu. (...) Foi o tempo em que eu comi melhor na minha vida. Se a gente reclamava de alguma coisa era logo atendido por nosso pedido. (...) Dois bêbados faziam arruaças no acampamento onde viviam mais de mil homens. O sargento João Pinto de Santana foi lá com dois soldados, mas os companheiros dos candangos bêbados não deixaram que eles fossem levados. O sargento voltou com 29 soldados e desceram a ripa em todo mundo. Ficou muita gente ferida e machucada. Os gritos davam para ser ouvidos até de madrugada. Somente Evaristo Soares Brandão, que levou um tiro na virilha, morreu, de hemorragia, pois se escondeu embaixo do alojamento, que era construído sobre estacas. (...) Um dos peões conseguiu furar o cerco, avisou à sede da firma, que chamou o Exército. A área foi cercada e os soldados da GEB foram presos. O pânico foi grande e muita gente fugiu. Quase cem envelopes de pagamento ficaram à espera dos operários, que não apareceram para reclamar. Alguns poucos, que se esconderam na Cidade Livre, mandaram pegar as roupas no acampamento. O resto nunca mais apareceu⁴⁹.

Neste testemunho, o que mais intriga é o fato de uma versão que nega o massacre relatar que quase cem envelopes de pagamento não foram entregues aos *candangos* após ação da GEB, pois muitos fugiram do acampamento, ou até mesmo de Brasília, porém

⁴⁹ CORREIO BRAZILIENSE. “*Ele viu o massacre que não houve*”. Brasília, 19/05/1999 in DE’ISOLA, Luiz Humberto de Faria; BOIANOVSKY, Noemia Barbosa. *A Bailarina Empoeirada* v. 1: Histórias do Povo de Brasília. Brasília: Annabel Lee, 2013, p. 175-176.

essa informação acaba abrindo brecha para questionar se entre esses quase cem *candangos*, que não receberam seus pagamentos, apenas fugiram, ou se alguns desses foram mortos. Outro depoimento utilizado em *A Bailarina Empoeirada* para desmentir a versão do massacre é o de Nelito, que ingressou na Guarda Especial de Brasília em agosto de 1958, mas acabou se demitindo no final do mesmo ano para passar as festas de fim de ano com sua família e após o carnaval retornou à construção de Brasília e se deparou com 27 ex-companheiros de trabalho presos. Em sua entrevista, Nelito relata que “ouviu de seus companheiros que não houve matança. Todos confirmaram que houve tiroteio, mas que não devia ter havido mortes, já que, segundo eles, não haviam atirado para matar ninguém; que haviam atirado para dispersar os operários: para o alto e para o chão” e, que em sua opinião, a Pacheco Fernandes explorou o episódio com o intuito de desviar a atenção do problema, se livrando da responsabilidade do tumulto ocorrido em seu refeitório (Ibidem, p. 202-203).

Um dos questionamentos levantado em *A Bailarina Empoeirada* é o do porquê nunca se entrevistaram os 30 indivíduos que foram presos por terem participado da ação no acampamento da Pacheco Fernandes. Entre esses 30 estão os 27 ex-companheiros de Nelito, mais o inspetor da Polícia Civil, Fernando Faria Pimenta, e os irmãos Presbi e Rui que eram empregados da Pacheco Fernandes. Ou, porquê também nunca se ouviu nenhum dos 48 trabalhadores feridos levados ao HJKO, cujos nomes e sobrenomes são de conhecimento. De fato, tanto aqueles que defendem a tese de que houve um massacre ou aqueles que contestam essa versão, perderam a oportunidade de obter tais depoimentos que seriam de grande contribuição para uma melhor compreensão do que ocorreu na noite de 8 de fevereiro em 1959, no acampamento da Pacheco Fernandes (Ibidem, p. 209-212). Para os autores do livro, a versão do massacre é apenas uma hipótese, que parece ter sido “deliberadamente construída, politicamente engendrada” com o objetivo de mobilizar a base sindical através de uma comoção artificial, para que pudesse “viabilizar a luta das classes trabalhadores” e responsabiliza Geraldo Campos e Humberto Schettini, que eram ligados ao Partido Comunista, por essa operação (Ibidem, p. 254-255).

Outro defensor de que não houve um massacre é o jornalista Adirson Vasconcelos, que chegou em Brasília em 1957 e é conhecido por ter escrito dezenas de livros sobre Brasília. Entre seus livros mais famosos estão *A Mudança da Capital* (1978) e *A Epópeia da Construção de Brasília* (1992). De modo geral, observa-se que nas obras de Adirson

há uma dedicação em escrever a história da cidade sob a perspectiva da História Oficial, como também trazendo uma leitura exageradamente positiva dos fatos, chegando a afirmar que “os operários, todos, eram assistidos, protegidos e bem pagos.” (VASCONCELOS, 2017, p. 60). Com o Massacre da Pacheco Fernandes não foi diferente. Em 2017 o autor publicou *O Conflito da Pacheco na Construção de Brasília*, onde defende a versão oficial do episódio a partir de diversos documentos, que apresentam detalhes até então desconhecidos, como por exemplo a resolução do inquérito comentada ainda neste capítulo. Inclusive, Adirson foi responsável pela notícia publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, onde afirmou que “O incidente deu-se por motivos de somenos importância”. A pequena nota de 10 linhas foi escrita após entrevistar alguns operários sobre o ocorrido e na íntegra foi escrito que:

GRAVE INCIDENTE EM BRASÍLIA - Brasília, 12 (Meridional) - Verificou-se aqui um sério conflito entre a Polícia mantida pela NOVACAP e os operários da firma Construtora Pacheco Fernandes Ltda. encarregada da ereção do "Palácio dos Despachos"⁵⁰. O incidente deu-se por motivos de somenos importância e vários trabalhadores tiveram que receber socorro no Hospital do IAPI, enquanto um deles foi assassinado pelos policiais. A repressão deu-se à bala e cassetetes. A Associação Comercial de Brasília pediu a imediata dissolução do destacamento policial, que já tem provocado casos semelhantes. Muitos dos operários feridos estão em estado grave. Foi enviado telegrama de protesto ao presidente Juscelino Kubitschek⁵¹.

Segundo Adirson, os *gebinianos* receberam as ordens de “invadir o refeitório atirando para cima” e “atacar de cassetetes” para intimidar os trabalhadores e resgatar os três soldados que já estavam na Pacheco Fernandes, e caso fossem atacados, poderiam se defender “atirando nas pernas” (2017, p. 13). O resultado dessa operação, segundo as fontes oficiais, deixou 48 trabalhadores feridos, sendo três deles por armas de fogo e os demais com escoriações e hematomas, e todos eles foram levados ao HJKO para realizar o exame de corpo de delito. Além dos trabalhadores feridos, durante a madrugada foi descoberto um corpo imóvel debaixo de uma cama, ferido na coxa por uma bala de revólver calibre 28, a hipótese é de que na hora do tumulto, o sujeito foi baleado e se escondeu debaixo da cama para se proteger, porém devido à perda de sangue, desmaiou e faleceu, esse sujeito é o Evaristo Soares, a única vítima fatal presente nos documentos. Em relação aos caminhões basculantes que levaram dezenas de corpos para serem

⁵⁰ O Palácio dos Despachos era o nome do atual Palácio do Planalto durante sua construção.

⁵¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “*Carnaval nos Estados: muita animação*”. Recife, 13/02/1959 p. 01.

enterrados, Adirson afirma que tais caminhões existiram, porém foram utilizados para levar os 48 trabalhadores feridos para o HJKO (VASCONCELOS, 2017).

A justificativa dada por Vasconcelos, sobre a atuação da GEB no acampamento da Pacheco Fernandes, se deve pela “inexperiência ou açodamento... Ou medo”, levando-os a excederem na violência praticada, além de que, todos os soldados que participaram da operação na Pacheco tinham em média 22 anos, alguns tinham até 19 anos. Entretanto, apesar da idade e da inexperiência, segundo Adirson só era incorporado à GEB quem já tinha servido nas Forças Armadas, ou que tivesse feito “Tiro de Guerra” (Ibidem, p. 57-58). Essa informação não é endossada em nenhum outro depoimento, pelo contrário, segundo os *candangos* o recrutamento da GEB era realizado com poucos critérios, sendo suficiente “saber atirar, mostrar ser valente, cabra-macho” (LUIZ, 2010, p. 263), tanto é que, popularmente se falava que os trabalhadores eram “pegos no laço” para integrarem a força policial de Brasília. Na opinião de Adirson, é lamentável o que as “novas versões e novas interpretações”, se referindo aqueles que se utilizados dos depoimentos dos *candangos* e que afirmam ter havido um massacre, vêm fazendo, pois elas acabam por depreciar a história da cidade e a verdade dos fatos (VASCONCELOS, 2017, p. 27). Por fim, Adirson comemora que praticamente não houve repercussão do massacre na grande imprensa brasileira à época, e que este episódio não abalou a imagem de Brasília entre aquelas que participaram da sua construção (Ibidem, p. 58).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, pudemos observar um pouco do contexto em que a construção de Brasília estava inserida, bem como, compreender alguns dos motivos que levaram milhares de pessoas a construírem a nova capital do Brasil, sendo a busca por melhores condições de vida o principal motivo, mas também há diversos outros que foram a Brasília para fugir das constantes secas, ou até mesmo pelo sentimento aventureiro. Também constatamos a realidade dos *candangos* na construção civil, que foram submetidos às exaustivas jornadas de trabalho, conseqüentemente levando os trabalhadores a se acidentarem ou até mesmo a falecerem, pois, além do ritmo acelerado, não haviam equipamentos adequados que garantissem a segurança dos trabalhadores. Somado a tudo isso, os *candangos* tiveram que viver em um ambiente de completa precarização pois, como vimos, não havia qualidade nenhuma em suas moradias ou em suas refeições, diferentemente do que a propaganda oficial divulgava. Além disso, havia a Guarda Especial de Brasília que garantiu que o intenso ritmo de trabalho fosse executado através do uso indiscriminado da força, o que levou a uma péssima percepção dos trabalhadores em relação à sua atuação e, tal uso da violência resultou em um dos mais controversos episódios da história de Brasília, trata-se do Massacre da Pacheco Fernandes.

O que ocorreu na noite de 8 de fevereiro de 1959 no acampamento da Pacheco Fernandes está longe de ser consenso em sua totalidade, ainda há muitas distorções contadas sobre este episódio, principalmente quando falamos sobre o número de mortes. Desde 1959 a quantidade de pessoas que morreram durante a ação da GEB é motivo de debate, diferentes jornais chegaram a publicar versões que apontam entre 1 a 9 mortos. Já os depoimentos de diversos *candangos* apontam um número bem maior, podendo chegar a 150 mortos. Em contrapartida, os documentos oficiais relatam que houve 48 feridos, sendo três deles por armas de fogo e os demais com escoriações e hematomas e apenas um único morto, cujo nome é Evaristo Soares Brandão.

Este trabalho não tem como objetivo desvelar o que realmente aconteceu no acampamento da Pacheco, muito menos apontar qual é o verdadeiro número de mortos. Nossa percepção sobre o Massacre da Pacheco Fernandes é a de que se trata de um fato inegável e, independentemente da quantidade de mortos, esse episódio não merece ser menosprezado, como os defensores da versão oficial tentam fazer. O uso da violência de forma deliberada e consciente por parte da Guarda Especial de Brasília já é motivo

suficiente para chamarmos de massacre. Em relação ao dissenso mais agudo, que é a quantidade de falecidos, os números relatados pelos *candangos* oscilam muito conforme quem relata, variando de 40 até 150 pessoas como foi mencionado neste trabalho, tornando inviável apontar um número aproximado. Por outro lado, a versão oficial de que somente Evaristo Soares Brandão faleceu pode ser colocada sob suspeita quando levamos em consideração os relatos sobre os acidentes de trabalho, onde inúmeros trabalhadores morreram sem deixar qualquer registro nos documentos oficiais, ou seja, algo semelhante poderia ter ocorrido no Massacre da Pacheco Fernandes. Uma possibilidade para mantermos viva a memória desse episódio nos trabalhos de pesquisa é a realização de novas entrevistas com os descendentes daqueles que participaram do massacre, principalmente dos 48 trabalhadores feridos que passaram pelos exames de corpo de delito e os 30 indiciados que chegaram a passar alguns dias presos, dessa forma, podemos observar como a memória do massacre vem sendo construída em diferentes gerações, como também, descobriremos mais detalhes, ou até mesmo novas interpretações sobre este capítulo da história de Brasília.

FONTES

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO GOÁIS. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/10764>. Acesso em 22 de junho de 2023.

CAMPOS, Geraldo. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

CÂNDIDO, Clementino. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

CORREIO BRAZILIENSE. “*Massacre da Pacheco Fernandes completa 60 anos e continua sendo mistério*”. Brasília, 08/02/2019. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/02/08/interna_cidadesd f,736183/massacre-da-pacheco-fernandes-completa-60-anos-continua-sendo-misterio.shtml. Acesso em 22 de junho de 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “*Carnaval nos Estados: muita animação*”. Recife, 13/02/1959, p. 01.

MELO, Natalino Cavalcante de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

MENDONÇA, Suzana Conceição. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

NASCIMENTO, Osvaldo Alves do. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

PORTO, Edson. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

QUEIROZ, Eronildes Guerra de. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1991.

SANTOS, Manoel Ramos dos. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

SANTOS, Severino Manoel dos. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

SOEIRO, José Irismar. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2874compilado.htm. Acesso em
22 de junho de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In.: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. p. 155-202. São Paulo: Contexto, 2005.
- CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Memórias de um trauma: O massacre da GEB (Brasília -1959). In: FENELON, Déa Ribeiro. *Muitas Memórias, outras Histórias*. 1. ed. [S.l.]: Olho d'Água, v. 1, 2004.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. *Memórias que edificaram a “Capital da Esperança” – uma leitura possível sobre Brasília*. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- CEDRO, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática-vol. 3: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Editora José Olympio, 2019.
- DE'ISOLA, Luiz Humberto de Faria; BOIANOVSKY, Noemia Barbosa. *A Bailarina Empoeirada v. 1: Histórias do Povo de Brasília*. Brasília: Annabel Lee, 2013.
- JÚNIOR, Reinaldo de Lima Reis. *Cidade, trabalho e memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)*. Editora E-papers, 2010.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que Construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LUIZ, Edson Beú. *Candangos: uma história de trabalho e exclusão*. Tempos Históricos, v. 14, n. 1, p. 257-279, 2010.
- MORATO, José Edes Pereira. *História e memória dos Candangos piauienses na construção de Brasília 1956-1960*. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Piauí (UESPI)-Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira-Parnaíba.
- NONATO, Alexandre. *Análise comparativa das notícias sobre o incidente na Pacheco Fernandes em Brasília e as consequências da ausência do jornalismo*. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Acampamento de grande projeto, uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia*. In.: PAVIANI, Aldo. (Org.) *A Conquista da Cidade: Movimentos populares em Brasília*. Cap. 1. Brasília: Ed. De Brasília, 1991.
- _____. *O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. 1º. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. I, 2008.
- SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Operários e política: estudo sobre os trabalhadores da construção civil em Brasília*. Brasília, 1978. Tese de Doutorado. Univ. de Brasília, Inst. de Ciências humanas, depto. de Ciências sociais.
- _____. *O massacre de Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília*. Revista Intercâmbio, 2015.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília. 1990.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. *Brasília: O outro lado da utopia; 1956-1960*. Dissertação (Mestrado em história) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 1982.

_____. *No tempo da GEB (1956-1960)*. Brasília: Thesaurus, 1982.

VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. Edição do autor, 1978.

_____. *O conflito da Pacheco na construção de Brasília*. Goiânia: Kelps, 2017.